

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE  
CURSO DE PSICOLOGIA**

**ARTHUR SILVA PIMENTEL**

**UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O NEOLIBERALISMO SOB A  
PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA**

**SÃO PAULO  
2025**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE  
CURSO DE PSICOLOGIA**

**ARTHUR SILVA PIMENTEL**

**UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O NEOLIBERALISMO SOB A  
PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA**

**Trabalho de conclusão de curso como  
exigência parcial para graduação no curso de  
Psicologia, sob orientação do Prof. Dr. Sergio  
Wajman**

**SÃO PAULO**

**2025**

## AGRADECIMENTOS

Durante essa jornada de graduação em Psicologia tenho muita sorte de tê-la feito ao lado de pessoas especiais que contribuíram muito para minha formação. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer muito à minha mãe, Margaret, por todo apoio, amor e gentileza que sempre demonstrou, mais do que em todo esse processo, ao longo de toda minha vida. Ao meu pai Alfredo pelo apoio e por ter topado pagar uma faculdade como a PUC para um filho já adulto. Destaco meus pais, porém estendo o agradecimento à toda minha família, que sempre me apoiou e esteve ao meu lado.

Também tenho muito a agradecer pelas amizades que tive a sorte de cultivar dentro e fora da faculdade. Não consigo expressar a gratidão que sinto por compartilhar com todas essas pessoas a experiência da vida. Cada uma teve uma contribuição muito importante, que vai muito além da minha formação acadêmica. Aqui destaco minha amiga Carol, economista que topou ler meu trabalho enquanto eu o escrevia e me ofereceu sua valiosa opinião, apoio e conselhos. Também sou muito grato ao meu amigo Theuso pela amizade e pelo apoio e por me ajudar e seguir em frente em momentos de dificuldades e desânimos.

Devo agradecer a todos os professores e funcionários da PUC-SP, pois todos contribuem para a nossa formação nessa faculdade. Agradeço à equipe de Sócio-histórica, principalmente a Professora Maria da Graça Gonçalves, que me ensinou muito, me apresentou a Psicologia Sócio-histórica e me orientou em pesquisas de Iniciação Científica. Agradeço também a Professora Dinamar que me orientou no projeto de pesquisa, que representou a base do presente trabalho.

Um agradecimento muito especial ao meu orientador, Professor Sergio Wajman, pelas orientações, apoio, conversas e aprendizados em todo esse período, mas principalmente pela paciência, por me incentivar e por acreditar neste trabalho. Não é possível citar aqui todas as pessoas que foram importantes no meu processo de formação, mas essas que citei não poderiam faltar nas menções nominais.

Além disso, dedico esse trabalho a todos que sabem que o capitalismo não só pode como deve ser superado para que as condições de vida de todos em nosso farto planeta tenham a qualidade e a dignidade que são possíveis de serem alcançadas.

Esse trabalho não é “neutro”, não existe ciência neutra.

## RESUMO

PIMENTEL, A. S. Uma revisão de literatura sobre o neoliberalismo sobre a perspectiva da Psicologia Sócio-histórica

O neoliberalismo se tornou o modelo de organização político-econômica hegemônica no capitalismo mundial a partir das décadas de 1980 e 1990 e para a Psicologia Sócio-Histórica, o ser humano é histórico e carrega consigo a ideologia do modo de produção vigente, mas também é ativo nesse contexto, produzindo significados sociais e sentidos subjetivos, ou seja, o modo de produção neoliberal constitui a dimensão subjetiva dos sujeitos neoliberais. Neste trabalho pretendeu-se investigar qual dimensão subjetiva é produzida pelo neoliberalismo e qual subjetividade sustenta esse modelo. Para isso, foi realizada uma leitura interdisciplinar, procurando entender como historicamente o neoliberalismo se estabeleceu no Brasil e no mundo, o papel da ideologia nesse processo e como teóricos de diferentes campos entenderam o sujeito produzido por esse contexto. O neoliberalismo, mais do que um projeto econômico é também um modo de gestão do trabalho, das relações, dos modos de vida e do sofrimento psíquico. O sujeito neoliberal se entende como um “capital humano” a ser valorizado e autogerido como uma empresa, sempre em risco e em competição, dentro da conformidade do mercado. Nesse contexto se reduziram as práticas de solidariedade e os sujeitos passaram a se ver como indivíduos atomizados, afastados dos fenômenos sociais coletivos e com seus trabalhos e seus modos de vida cada vez mais precarizados.

Palavras-chave: Psicologia Sócio-Histórica; Dimensão Subjetiva; Neoliberalismo; Desigualdade Social; Saúde mental

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. MÉTODO.....	10
3. NEOLIBERALISMO.....	11
3.1 A teoria neoliberal em seu contexto histórico.....	11
3.2 Declínio do liberalismo embutido (Estado de bem-estar) e ascensão do neoliberalismo.....	21
4. NEOLIBERALISMO E A REALIDADE BRASILEIRA.....	36
5. IDEOLOGIA.....	51
6. ASPECTOS PSICOLÓGICOS DO NEOLIBERALISMO.....	55
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
8. REFERÊNCIAS .....	68

# 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso pretende realizar uma revisão de literatura acerca do neoliberalismo, enquanto fenômeno social, em uma análise a partir da Psicologia Sócio-histórica, vertente da psicologia que se fundamenta no materialismo histórico dialético, partindo da noção, já presente em Marx e Engels, de que a constituição da consciência se dá na materialidade, ou seja, na realidade concreta, e que foi utilizada por Vigotski para compreender a constituição do psiquismo a partir da relação dialética do sujeito com o mundo (Furtado et al. 2022). Essa vertente foi estudada e elaborada no Brasil por Silvia Lane, promovendo uma importante ruptura epistemológica na psicologia brasileira ao superar falsas dicotomias entre indivíduo e sociedade e entre objetividade e subjetividade, entre outras (Gonçalves; Bock, 2018). Nessa perspectiva, se entende indivíduo-sociedade e objetividade-subjetividade como parte de um todo, uma relação dialética de constituição mútua, evitando visões naturalizadoras e a-históricas dos fenômenos sociais e psicológicos (Bock; Furtado, 2020).

Cabe destacar que não se trata de uma questão de *determinação* histórica e social dos sujeitos ou de entender o sujeito como sendo simplesmente condicionado pelo seu meio, mas sim uma relação de constituição mútua, pois o sujeito é um agente da história, que, através de sua atividade, é capaz de transformar sua realidade. A noção aqui utilizada, é de um sujeito ativo, social e histórico, inserido numa realidade em constante transformação.

Daí a importância da categoria *historicidade*: a realidade está em constante movimento e os seres humanos são sujeitos ativos nesse processo e quando atuam sobre o mundo colocam parte de sua subjetividade na realidade objetiva, na materialidade (Gonçalves; Bock, 2018). Portanto, para se aproximar de um fenômeno social, é necessário compreender a realidade em seu movimento histórico e para compreender o mundo psicológico dos sujeitos é necessário analisar sua realidade social.

Duas categorias fundamentais para a constituição do humano são a consciência e a atividade (Furtado et al. 2022). A consciência é a forma como o sujeito se apropria do mundo, a partir de um sistema complexo onde se estabelecem relações

entre o mundo interno do sujeito e o mundo externo em um processo pelo qual o sujeito compreende a si mesmo e ao mundo (Abrantes, 2020). Desta forma se compreende a consciência enquanto “fenômeno social, a despeito de sua forma singular estar presente no sujeito, permitindo a consciência-de-si, mas sua gênese é social” (Furtado et al. 2022, p. 33). A atividade é a maneira como se relaciona e altera o mundo, transformando ao mundo e a si mesmo (Abrantes, 2020). Esse processo sempre é acompanhado de significados, “a atividade humana é sempre significada” (Abrantes, 2020, p. 24) ao mesmo tempo realizando uma atividade interna e externa.

A subjetividade, para a Psicologia Sócio-histórica, está diretamente relacionada com as categorias consciência e atividade (Furtado et al., 2022), e é a maneira como os sujeitos internalizam suas experiências ao longo da vida transformando essas experiências em sentidos pessoais, “é na relação com o social que se constitui sua singularidade através das mediações sociais” (Abrantes, 2020, p. 14). O pensamento, as relações sociais e a linguagem fazem a *mediação* desse processo no qual o universal se torna singular, onde “o indivíduo modifica o social, transforma o social em psicológico” (Aguiar; Ozella, 2006, p. 225). A subjetividade não se limita ao indivíduo, sendo expressa na atividade do sujeito no mundo e encontrando também uma manifestação material, objetiva (Furtado et al., 2022). Assim, o conceito trabalhado é o de *dimensão subjetiva da realidade*.

A dimensão subjetiva da realidade é a categoria que aponta para uma dinâmica histórica que coloca os planos subjetivo e objetivo em constante interação e constituição mútua, sem isolar esses dois planos, mas entendendo-os como uma síntese de contrários. Com a categoria dimensão subjetiva da realidade entendemos fenômenos sociais como constituídos pelas condições materiais da sociedade e pelos aspectos subjetivos dos sujeitos (Gonçalves; Bock, 2018).

Dessa forma, se entende que a constituição da consciência humana, se dá através das relações sociais, no mundo material, social e histórico e, portanto o sujeito carrega consigo o modo de produção e ideologia vigentes (Gonçalves; Bock, 2018). Mas esse humano também é atuante nesse contexto e, através de sua atividade, produz significados sociais e sentidos subjetivos, expressando também a sua singularidade (Aguiar; Ozella, 2006). Portanto, o sistema capitalista neoliberal é a realidade objetiva na qual a dimensão subjetiva dos sujeitos se constitui, incorporando as maneiras cotidianas das pessoas interpretarem, compreenderem e viverem no mundo.

Dado esse ponto de partida, o presente trabalho pretende, através de uma revisão de literatura acerca do tema “neoliberalismo”, sob a óptica da Psicologia Sócio-Histórica, compreender a constituição mútua entre sujeitos e mundo, que produziram a sociedade capitalista neoliberal, que é a hegemonia global desde a década de 1980. Qual a dimensão subjetiva de se constitui em conjunto com o fenômeno do neoliberalismo?

## 2. MÉTODO

O método utilizado pela psicologia sócio-histórica é o do materialismo histórico dialético, que apresenta uma concepção de sujeito ativo social e histórico. Como uma revisão de literatura interdisciplinar sobre o tema, diversas obras serão trabalhadas no presente trabalho. No entanto, algumas merecem o destaque inicial por pautarem as definições e concepções trabalhadas.

Primeiro, para a conceituar neoliberalismo e sua história foram utilizadas as obras “O neoliberalismo: história e implicações” de David Harvey (2005) e “A crise do neoliberalismo” de Gérard Duménil e Dominique Lévy (2014). Para compreender o fenômeno do neoliberalismo brasileiro e suas particularidades foram utilizadas as obras “Brasil: neoliberalismo versus democracia” de Alfredo Saad Filho e Lécio Morais (2018) e o “Dossiê neoliberalismo híbrido no Brasil” organizado por Daniel Pereira Andrade e Mariana Magalhães Pinto Cortês e publicado pela “Contemporânea”, revista de sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em seu décimo segundo volume, de setembro-dezembro de 2022. Essas obras, entre outras, foram utilizadas para contextualizar o fenômeno a partir do qual se pretende analisar o papel da ideologia e os aspectos psicológicos e sociais do neoliberalismo, procurando se aproximar de uma compreensão da *dimensão subjetiva* que se constitui nesse contexto.

A partir dessas bases o presente trabalho pretende analisar brevemente a história do neoliberalismo, das concepções de sua teoria político econômica até sua ascensão enquanto hegemonia do capitalismo no mundo. Também será analisado especificamente o neoliberalismo brasileiro, o conceito de ideologia e aspectos da dimensão subjetiva do fenômeno neoliberal.

### 3. NEOLIBERALISMO

#### 3.1 A teoria neoliberal em seu contexto histórico

“Economia é o método, o objetivo é conquistar corações e mentes”  
(Thatcher, 1981, n.p.)

Durante as primeiras décadas do século XX o modelo econômico vigente era o liberalismo clássico de livre-mercado, que Duménil e Lévy (2014, p. 25) definem como a “combinação de uma economia de livre mercado, doméstica e internacionalmente (com o padrão ouro), e o progresso assombroso da organização dentro das corporações” naquilo que os autores definem como *primeira hegemonia financeira*. O liberalismo já vinha em declínio, mas com a crise do capitalismo de 1929 tornou-se necessária uma reorganização desse modo de produção; assim, gradualmente, o modelo liberal clássico de livre-mercado vigente no início do século XX, foi substituído por um modelo intervencionista keynesiano (Franco et al., 2021).

Nesse período, um dos grupos que permaneceu defendendo um modelo liberal foi a Escola Austríaca, fundada por Carl Menger, que, segundo a análise de Franco et al. (2021), já expressava a ideia de que a “ordem capitalista é um desenvolvimento natural da ação livre humana” (p. 60). Menger faleceu antes da crise, mas dois de seus discípulos, Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek, foram fundamentais na reformulação do liberalismo nesse período e na concepção das chamadas teorias neoliberais.

A Grande Depressão, que começou nos Estados Unidos, mas atingiu todo o mundo capitalista, fez a macroeconomia capitalista desabar até 1933. Nos anos seguintes, os preparativos para a guerra e as políticas keynesianas ajudaram a estabilizar as atividades econômicas (Duménil e Lévy, 2014). Mariutti (2021) aponta que já na década de 1920 no debate público alemão surgiu o termo “neoliberalismo” como uma maneira jocosa de se referir aos seguidores do livre mercado. Já na década de 1930 o termo passou a ser utilizado por liberais que viam uma necessidade de “reformular” o liberalismo.

Em 1938 em Paris, o filósofo Louis Rougier organizou o Colóquio Walter Lippmann quando descobriu que o jornalista estadunidense Walter Lippmann,

defensor das ideias liberais e que enxergava o socialismo, o fascismo e o capitalismo keynesiano como ameaças (Safatle, 2021), passaria pela cidade. A ideia inicial de realizar um simples jantar se transformou em um colóquio de cinco dias com o objetivo de debater um modo de se revitalizar o liberalismo, que se encontrava em declínio (Mariutti, 2021). Foram convidados e participaram desse evento Hayek e Mises entre outros economistas, sociólogos, jornalistas e filósofos.

Mariutti (2021) destaca que as posições dos participantes eram variadas apesar de compartilharem uma crítica ao New Deal e às práticas keynesianas. Porém, um consenso do colóquio foi abandonar a visão do liberalismo clássico de que este representava um desenvolvimento espontâneo da natureza humana. O autor conclui que:

(...) todos os participantes do Colóquio Walter Lippmann concordavam que era necessário abandonar completamente a visão de que uma sociedade liberal é o produto de uma ordem natural espontânea. Pelo contrário. Sem uma ordem legal que regulamente o sistema de propriedades, arbitre os conflitos, a moeda e defina regras gerais nenhuma sociedade liberal pode perdurar. Logo, não existe liberalismo sem a intervenção do Estado na economia. A questão posta no colóquio era, precisamente, como definir a forma e os limites desta intervenção. (Mariutti, 2021, p. 19).

Portanto, esse “novo liberalismo” não representou a redução do Estado em relação ao liberalismo clássico, mas sua ampliação e sua necessidade de “(...) se projetar tanto no interior da sociedade e penetrar no corpo dos homens, quanto para fora, para o sistema internacional.” (Mariutti, 2021, p. 19). Dardot e Laval (2016) consideram que do colóquio surgiram duas grandes correntes: o ordoliberalismo alemão (representado principalmente por Walter Eucken e Wilhelm Ropke) e o que os autores chamam de “corrente austro-americana” (representada principalmente por Ludwig von Mises e Friedrich Hayek). Mariutti (2021) destaca que a linha representada por Hayek e Mises não era favorável ao uso do termo “neoliberal”.

O que esse novo liberalismo inaugura é justamente a noção de que, se a ordem do mercado não é natural, ela deve ser construída a partir de um projeto político, projeto esse que também deve adaptar os sujeitos a essa nova condição (Dardot;

Laval, 2016). O mercado, que se define pela concorrência e pela “livre escolha”, se torna um processo de formação e de adaptação permanente do sujeito:

O mercado é concebido, portanto, como um processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador, pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir. O processo do mercado constrói seu próprio sujeito. (Dardot; Laval, 2016, p. 140).

Harvey (2005) sintetiza de maneira eficiente as bases comuns da teoria neoliberal, cujos principais representantes são: Mises, Hayek e, mais tarde, Milton Friedman e Gary Becker, da Escola de Chicago:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve se aventurar para além dessas tarefas. (Harvey, 2005, p.12).

Nesse contexto, o neoliberalismo é a idealização de uma sociedade onde a liberdade alcançada pelo empreendedorismo individual, os direitos à propriedade privada, são fortes, e o Estado deve preservar o mercado através de desregulamentações, defesa da propriedade privada e criação de mercados onde eles não existem, mas para além disso não deve se envolver. Assim, as três principais

características do neoliberalismo enquanto sistema político econômico são: a privatização de serviços e empresas estatais, o corte de gastos públicos e a desregulamentação do mercado. O argumento dos teóricos neoliberais é que a privatização e a desregulamentação do mercado diminuem a burocracia e melhoram a eficiência reduzindo custos e melhorando a qualidade dos serviços e produtos (Harvey, 2005). No que se refere à “preservação” do mercado, cabe ao Estado neoliberal intervir, por exemplo, para incentivar o consumo. O funcionamento desse sistema seria possibilitado pela livre circulação de capital entre cidades, regiões e países. O que demandou posteriormente a criação de estruturas de coordenação como o G7 (ou Grupo dos Sete, um fórum informal de sete das economias mais industrializadas do mundo, composto por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Nesse cenário o “livre mercado” selecionaria os melhores empreendedores e os serviços e produtos de maior qualidade. Porém, toda essa noção parte da premissa de que todos os agentes do mercado têm acesso às mesmas informações e que não haja uma assimetria de poder entre esses agentes. Na prática, o “livre mercado”, ou mercado desregulamentado e amplamente privatizado não favorece a competição, mas resulta em monopólios ou oligopólios onde empresas mais poderosas e com mais acesso a informações expulsam as empresas mais fracas do mercado (Harvey, 2005).

Cambaúva e Silva Júnior (2005) destacam que, para Friedrich Hayek, a humanidade é desigual por natureza, cada indivíduo é responsável pelos seus próprios objetivos e deve lutar para atingi-los mesmo que isso cause prejuízo aos seus pares em um cenário de “cada um por si”. Os sucessos se devem a qualidades empreendedoras do indivíduo e o fracasso a suas falhas individuais, no discurso neoliberal estes nunca são atribuídos a uma causa social ou sistêmica (Harvey, 2005). Franco e colaboradores (2021) apontam que na concepção de indivíduo de Mises, as concepções de prazer e desprazer se misturam com a noção de lucro e prejuízo e a busca de felicidade se traduz na ideia mercadológica de demanda, o que representa uma redução dos afetos humanos a noções de mercado. Mises ainda trabalha com a noção idealista de que o capitalismo surgiu através de mudanças graduais e pacíficas, ignorando completamente o colonialismo e como os trabalhadores ingleses foram deslocados do campo para os centros urbanos e forçados a ingressar no trabalho fabril (Franco et al., 2021).

Como será analisado adiante, para defender a implementação dessas políticas, os Estados neoliberais se utilizam de propaganda e poder de polícia para enfrentar oposições a suas políticas. É importante ressaltar que o Estado neoliberal não é “mínimo”, é um Estado forte e coercitivo se necessário, com fortes direitos à propriedade privada, liberdade de empreendimento e uma suposta defesa das liberdades individuais. Friedman defende, por exemplo, um intervencionismo baseado em “coerções de mercado que forçam o indivíduo a se adaptar a ele.” (Dardot; Laval, 2016, p. 218).

No ano seguinte ao colóquio, em 1939, teve início a Segunda Guerra Mundial e a economia de guerra alterou as dinâmicas vigentes desde a crise da década anterior. Durante a guerra Karl Polanyi já expressava suas críticas em relação ao liberalismo, até mesmo o associando à ascensão do fascismo:

Para o liberal a idéia da liberdade degenera, assim, na simples defesa da livre empresa - hoje reduzida a uma ficção pela dura realidade de trustes gigantescos e monopólios principescos. Isto significa uma liberdade total para aqueles cuja renda, lazer e segurança não precisam ser enfatizados, e um mínimo de liberdade para o povo, que pode tentar em vão valer-se dos seus direitos democráticos para se proteger do poder dos donos da propriedade. E isto não é tudo. Os liberais jamais conseguiram restabelecer de fato a livre empresa, já destinada ao fracasso por razões intrínsecas. Seus esforços apenas resultaram na instalação de grandes negócios em diversos países europeus e, incidentalmente, de vários tipos de fascismo, como na Áustria. O planejamento, a regulação e o controle, que eles queriam ver banidos como riscos à liberdade, foram empregados pelos inimigos confessos da liberdade para aboli-la totalmente. Entretanto, a vitória do fascismo tornou-se praticamente inevitável pela obstrução dos liberais a qualquer reforma que envolvesse o planejamento, a regulação e o controle. A total frustração da liberdade no fascismo é, com efeito, o resultado inevitável da filosofia liberal. (Polanyi, 2000, p. 297-298).

Aqui, Polanyi afirma que a ideia de liberdade defendida pelos liberais acaba se reduzindo a uma liberdade de mercado, sendo que nem essa se concretiza justamente

pela presença de monopólios e trustes. Para o autor, em última instância, o liberalismo oferece liberdade total para as elites enquanto oferece liberdade mínima para o povo, apontando para a desigualdade como um caráter intrínseco do liberalismo/neoliberalismo.

O autor também já criticava a visão do liberalismo como algo “natural”, destacando a atuação dos Estados no estabelecimento do capitalismo de “livre mercado”. O seguinte trecho de Polanyi, utilizado por Dardot e Laval (2016), expõe a crítica de Polanyi à noção de que no liberalismo clássico não há intervenção do Estado:

De forma estrita, o liberalismo econômico é o princípio organizador de uma sociedade na qual a indústria se baseia na instituição de um mercado auto-regulável. É verdade que, uma vez atingido um tal sistema, mesmo aproximadamente, é cada vez menos necessário um certo tipo de intervenção. Todavia, isto não quer dizer que sistema de mercado e intervenção são termos mutuamente exclusivos. Enquanto esse sistema não é estabelecido, os liberais econômicos apelarão, sem hesitar, para a intervenção do estado a fim de estabelecê-lo e, uma vez estabelecido, a fim de mantê-lo. O liberal econômico pode, portanto, sem qualquer contradição, pedir que o estado use a força da lei; pode até mesmo apelar para as forças violentas da guerra civil a fim de organizar as condições de um mercado auto-regulável. (Polanyi, 2000, p. 181).

No entanto, Polanyi se antecipou em seu diagnóstico, considerando que a “grande transformação” das décadas de 1930 e 1940 seria a morte da utopia liberal. Como veremos adiante, não foi o caso.

Após a guerra, para que se evitassem crises como a de 1929, houve uma reorganização do modo de produção capitalista, dos Estados e das relações internacionais. O acordo firmado em Bretton Woods (1944) entre os aliados estabeleceu o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) para estabilizar as relações internacionais e de comércio e firmou taxas de câmbio fixas, com o dólar americano, lastreado em ouro, como principal moeda de reserva mundial garantindo aos Estados Unidos (EUA) uma posição privilegiada nas relações comerciais, sob a proteção de seu complexo militar e com seu alcance global limitado

apenas pela União Soviética e a Guerra Fria (Harvey, 2005). No ano seguinte, com a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), as principais instituições responsáveis por essa reestruturação das relações internacionais estavam estabelecidas.

A reorganização dos estados Europeus, dos EUA e do Japão nesse período se deu com os objetivos de garantir o crescimento econômico, pleno emprego e o bem-estar de seus cidadãos. Essa nova forma de organização do Estado que adotava políticas fiscais e monetárias geralmente caracterizadas, ora como “keynesianas” ora como “social democracia”, foi batizada de *Estado de Bem-Estar Social*, ou, para David Harvey (2005): *liberalismo embutido*.

De modo geral, o que se observou nesses países foi uma maior autonomia gerencial, uma maior intervenção do Estado na economia, principalmente na regulação financeira, baixas taxas de juros, políticas fiscais e monetárias de incentivo e imposição de limitações ao comércio externo para favorecer o desenvolvimento econômico nacional (Duménil e Lévy, 2014). Além disso, as políticas públicas de bem-estar (como saúde, educação, aposentadoria, entre outras) se mostraram mais ou menos presentes, dependendo do país, e as populações desses países, de modo geral, viram seu poder de compra crescer. Duménil e Lévy (2014) também destacam que o setor financeiro foi voltado para o crescimento econômico real com um interesse menor nas relações com acionistas e lucros reduzidos devido ao aumento da remuneração dos trabalhadores.

É importante notar que esse “Estado de bem-estar” não se estendeu para as colônias e países periféricos/dominados do capitalismo, sobre os quais os países centrais/dominantes mantiveram suas políticas imperialistas. No caso do Brasil, por exemplo, o que se observou foi um curto período democrático acompanhado de industrialização, no qual, apesar do crescimento econômico do país, o abismo social histórico não foi reduzido e não houve políticas de bem-estar. Esse breve período democrático ainda foi interrompido pelo golpe civil-militar de 1964, com participação direta dos Estados Unidos.

Harvey (2005) aponta que a garantia de um emprego razoavelmente pleno e do bem-estar dos cidadãos (garantido por sistemas de saúde, de assistência social, de instrução, padrões de salário, entre outras políticas públicas), foi um “compromisso de classes” entre os capitalistas e os trabalhadores para garantir a paz doméstica nos países centrais/dominantes do capitalismo. Duménil e Lévy (2014) consideram que

esse “compromisso pós guerra” deve ser interpretado como uma aliança entre as classes gerenciais e populares sem que isso representasse uma exclusão completa das classes capitalistas. Netto (2007), analisa esse período como o único momento da história do capitalismo no qual o crescimento econômico esteve conectado à redução da pobreza absoluta e de desigualdades nos países capitalistas avançados, com exceção da Península Ibérica. Para o autor, essa configuração do sistema capitalista é explicada por três fatores principais: primeiro, o crescimento da economia capitalista alcançou níveis próprios com altos índices de crescimento e taxas de lucro altas; segundo, a forte organização da classe trabalhadora através de sindicatos e aparatos partidários; e terceiro, a expansão do socialismo, o “perigo vermelho” que pressionava os países capitalistas a admitirem as demandas da classe trabalhadora.

Foi durante a vigência do Estado de bem-estar social europeu que as ideias neoliberais começaram a ser gestadas, já a partir da década de 1930 com o colóquio Walter Lippmann, porém, nesse período, o modelo neoliberal ficou em segundo plano, sendo efetivamente aplicado somente na Alemanha Ocidental no pós-guerra naquilo que foi nomeado de *ordoliberalismo* (Franco et al., 2021).

Em 1947 se reuniram no spa suíço de Mont Pelerin alguns dos principais intelectuais liberais, dando continuidade ao processo iniciado pelo Colóquio Walter Lippmann, e fundaram uma sociedade, a Mont Pelerin Society que contava com nomes como Hayek, Mises, Friedman, entre outros. A Declaração de Objetivos dessa sociedade afirma:

The central values of civilization are in danger. Over large stretches of the Earth's surface the essential conditions of human dignity and freedom have already disappeared. In others they are under constant menace from the development of current tendencies of policy. The position of the individual and the voluntary group are progressively undermined by extensions of arbitrary power. Even that most precious possession of Western Man, freedom of thought and expression, is threatened by the spread of creeds which, claiming the privilege of tolerance when in the position of a minority, seek only to establish a position of power in which they can suppress and obliterate all views but their own. The group holds that these developments have been fostered by the growth of a view of history which denies all absolute moral standards and by the growth of theories which question the

desirability of the rule of law. It holds further that they have been fostered by a decline of belief in private property and the competitive market; for without the diffused power and initiative associated with these institutions it is difficult to imagine a society in which freedom may be effectively preserved.(...).<sup>1</sup> (The Mont Pelerin Society, 1947, n.p.).

Essa sociedade congregava os principais teóricos do neoliberalismo e esta declaração chama a atenção por alguns motivos: o foco em um conceito vago de liberdade, e a noção de valores centrais do “Homem Ocidental” estarem ameaçados. Chama a atenção, pois uma declaração escrita em 1947, dois anos depois da queda do nazifascismo na Europa (com exceção da Península Ibérica), e em um momento histórico onde países colonizados começavam a se engajar em lutas por independência, um grupo de intelectuais europeus se sentiu profundamente ameaçado por grupos que reivindicavam o “privilégio da tolerância”, mas que segundo os autores, buscavam posições de poder autoritárias.

A partir da fundação da Mont Pelerin Society (1947) os seus membros abandonaram o termo “neoliberal”, que caiu em desuso até os anos 1990 (Mariutti, 2021). Nos anos que se seguiram, o “Estado de bem-estar” continuou hegemônico nos países centrais/dominantes do capitalismo e as ideias representadas pelos que chamamos hoje de neoliberais seguiram em segundo plano. Mas foram amplamente divulgadas nas décadas seguintes utilizando algumas universidades (como a London School of Economics e a Universidade de Chicago) e centenas de *think tanks*<sup>2</sup> apoiados por grandes corporações (Franco et al., 2021).

---

<sup>1</sup> Tradução Livre: “Os valores centrais da civilização se acham em perigo. Em grandes extensões da superfície da Terra, as condições essenciais da dignidade e da liberdade humana já desapareceram. Noutras, acham-se sob a constante ameaça do desenvolvimento das atuais tendências políticas. A posição do indivíduo e do grupo autônomo se acham progressivamente solapados por avanços do poder arbitrário. Mesmo o mais precioso bem do Homem Ocidental, a liberdade de pensamento e de reflexão, encontra-se ameaçado pela disseminação de credos que, reivindicando o privilégio da tolerância quando em posição minoritária, buscam apenas galgar uma posição de poder a partir da qual possam suprimir e obliterar todas as concepções que não a sua. O grupo sustenta que esses desenvolvimentos vêm sendo promovidos pela ascensão de uma concepção de história que nega todos os padrões morais e absolutos e de teorias que questionam o caráter desejável do regime de direito. Ele sustenta ainda que esses desenvolvimentos vêm sendo promovidos por um declínio na crença na propriedade privada e no mercado competitivo; porque sem o poder e a iniciativa difusos associados a essas instituições, torna-se difícil imaginar uma sociedade em que se possa efetivamente preservar a liberdade. (...)”

<sup>2</sup> Um think tank, ou "laboratório de ideias", é uma organização que pesquisa e analisa questões de interesse público para influenciar políticas públicas, o debate social e as decisões de setores como

O neoliberalismo também aumenta a ênfase dada à importância da concorrência e à figura do empreendedor, já presentes no liberalismo clássico (Dardot; Laval, 2016). Além da defesa da propriedade privada, da privatização de bens e serviços públicos, do corte de gastos públicos, da criação de novos mercados onde estes ainda não existem e da desregulamentação do mercado e do incentivo da lógica de concorrência e do consumo, as ideias neoliberais sempre usam muito o significativo “defesa da liberdade” para defender suas posições. Essa escolha, segundo Harvey (2005), é acertada na medida que mobiliza nas pessoas afetos importantes, os quais explicam parcialmente a aceitação do neoliberalismo enquanto discurso:

Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos. Se bem sucedido, esse aparato conceitual se incorpora a tal ponto ao senso comum que passa a ser tido por certo e livre de questionamento. As figuras fundadoras do pensamento neoliberal consideravam fundamentais os ideais políticos de dignidade humana e da liberdade individual, tornando-os como “os valores centrais da civilização”. Assim agindo, fizeram uma sábia escolha porque esses certamente são ideais bem convincentes e sedutores. Esses valores, sustentavam essas figuras, estavam ameaçados não somente pelo fascismo, pelas ditaduras e pelo comunismo, mas também por todas as formas de intervenção do Estado que substituísse os julgamentos de indivíduos dotados de livre escolha por juízos coletivos. (Harvey, 2005, p.15).

No entanto, Polanyi (2000) já havia analisado que a liberdade do liberalismo sempre se degenera em liberdade de mercado, na liberdade de um indivíduo extrair lucros exorbitantes sobre outros sem necessariamente oferecer qualquer contribuição à comunidade e em que há liberdades amplas para a classe dominante e poucas ou nenhuma liberdade para a maioria da população. Ainda assim, algo que propulsionou o neoliberalismo foi justamente a suposta defesa que a teoria neoliberal faz da

---

governo, empresas e mídia. Eles funcionam como uma ponte entre o conhecimento acadêmico e a prática, produzindo relatórios, análises e recomendações baseadas em evidências.

liberdade enquanto um conceito central, o que foi essencial para sua divulgação e aceitação ao redor do mundo. Mas qual liberdade o neoliberalismo promoveu na prática?

### **3.2 Declínio do liberalismo embutido (Estado de bem-estar) e ascensão do neoliberalismo**

(...) Determinados acontecimentos históricos levam à perda de força de das ideias hegemônicas e dão espaço para concepções antes marginais. Ademais, as teorias se impõem à opinião comum na medida em que mobilizam afetos e disposições já presentes, ainda que de forma latente. (Franco et al., 2021, p. 69)

No final da década de 1960 já havia sinais de uma crise de acumulação com o crescimento do desemprego e da inflação e uma queda no crescimento econômico, gerando uma crise de estagflação global (Harvey, 2005). As taxas de câmbio fixas estabelecidas em Bretton Woods foram abandonadas em 1971 e passaram a ser flutuantes. O embargo do petróleo da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) em 1973 agravou a crise. A hegemonia do bem-estar social nos países centrais do capitalismo entrou em declínio com a recessão generalizada nos anos 1974 e 1975, quando o crescimento econômico e as taxas de lucro caíram e, em resposta, as burguesias monopolistas tomaram como alvo as experiências de bem-estar social (Netto, 2007). Nesse contexto de crise econômica e social, a teoria neoliberal que já era divulgada há décadas começou a ganhar mais força e teve início o processo que tornou o neoliberalismo sistema político-econômico hegemônico do mundo capitalista.

Agora iremos analisar como foi que o neoliberalismo saiu de certo desconhecimento para modelo hegemônico. Ao longo das décadas de *liberalismo embutido*, os teóricos do neoliberalismo realizaram uma disputa ideológica. Milton Friedman se destaca por uma militância em defesa do capitalismo de livre mercado e contra todas as formas de progressismo e reforma social. Ele e outros neoliberais estadunidenses deram grande atenção para a divulgação dessas ideias na mídia, em escolas e faculdades dos Estados Unidos (Dardot; Laval, 2016).

As teorias neoliberais foram desenvolvidas e divulgadas ao longo do século XX, mas é difícil definir precisamente o início de suas primeiras manifestações. Dois governos tidos como representantes dessa virada neoliberal são Margaret Thatcher no Reino Unido (1979-1990) e Ronald Reagan nos Estados Unidos (1981-1989), porém antes desses governos houve um experimento neoliberal realizado no Chile na década de 1970 (Harvey, 2005; Safatle, 2021), o governo de Pinochet (1973-1990).

A ditadura de Pinochet é considerada como laboratório do neoliberalismo, mas a construção histórica desse regime é anterior; entre 1953 e 1956, no contexto da Guerra Fria, os Estados Unidos investiram 12,9 bilhões de dólares para estender sua influência para as universidades da América Latina (Progress Report on NSC 5432/1 *apud* Chicago Boys, 2015) como forma de neutralizar tendências esquerdistas na região (Harvey, 2005). Em 1955 a Universidade de Chicago e a Universidade do Chile firmam um convênio cujas consequências são demonstradas no documentário “Chicago Boys” (2015) de Carola Fuentes e Rafael Valdeavellano. A Universidade de Chicago havia se tornado um dos principais polos da teoria neoliberal que nesse momento ficou conhecida como “Escola de Chicago”, com nomes como Milton Friedman, Gary Becker, Arnold Harberger, entre outros. Com o convênio com a Universidade do Chile, muitos estudantes de economia do país sul-americano que foram estudar em Chicago a partir de 1955 e posteriormente, assumiram importantes cargos no governo chileno durante a década de 1970 (Chicago Boys, 2015).

Em 1973 o presidente eleito Salvador Allende foi assassinado em meio a um golpe militar que reprimiu movimentos sociais e organizações de esquerda e que foi comandado pelo general Augusto Pinochet, patrocinado pelas elites chilenas e apoiado por corporações dos Estados Unidos, pela Central Intelligence Agency (CIA) e pelo secretário de Estado, Henry Kissinger (Harvey, 2005). O governo Pinochet convocou os “Chicago boys”, que ocuparam cargos e adotaram a política econômica de acordo com a teoria neoliberal: negociaram empréstimos com o FMI, realizaram diversas privatizações, desregulamentaram a exploração de recursos naturais e outros setores e facilitaram investimentos estrangeiros (Harvey, 2005).

O principal desses economistas chilenos foi Sergio de Castro, que durante o governo de Pinochet, foi assessor do ministro da Economia entre 1973 e 1974, ministro da economia de 1974 a 1977 e assumiu o ministério da Fazenda de 1977 a 1982. Nos anos seguintes as taxas de crescimento da economia chilena voltaram a subir, os investimentos estrangeiros trouxeram bons retornos para os investidores até

1982 com a crise da dívida na América Latina, e a partir de então a política econômica chilena passou a ser mais pragmática e menos ideologicamente neoliberal (Harvey, 2005), apresentando aspectos mais *híbridos*. Essa experiência, ainda que não tenha sido um sucesso duradouro no campo econômico, ofereceu a base para a adoção do neoliberalismo no Reino Unido e no Estados Unidos, por isso o Chile de Pinochet é chamado de *laboratório* do neoliberalismo, “Não pela primeira vez, uma experiência brutal na periferia transformou-se em modelo para a formulação de políticas no centro” (Harvey, 2005, p. 19).

Apesar da saída de Sergio de Castro e do pragmatismo adotado, os “Chicago boys” continuam a comandar a economia chilena por muito tempo com Rold Luders (Ministro da Economia e da Fazenda, 1982-1983) e Hernán Buchi (Ministro da Fazenda, 1985-1989). Mesmo depois do regime de Pinochet a tradição de Chicago permaneceu regendo a economia chilena com Alejandro Foxley (Ministro da Fazenda, 1990-1994), Eduardo Aninat (Ministro da Fazenda, 1994-1999), Nicolás Ayzaguirre (Ministro da Fazenda, 2000-2006). Essa sequência de governos levou o Chile a um nível de desigualdade que culminou em quase uma década de protestos entre 2010 e 2020.

Contraditoriamente ao seu suposto ideal de liberdade, o neoliberalismo foi colocado em prática pela primeira vez na ditadura de Pinochet, com o aval de Hayek (Franco et al., 2021) o laboratório do neoliberalismo foi uma doutrina autoritária. Como Safatle (2021) aponta, o neoliberalismo é o triunfo do Estado e não sua redução, e cita Hayek, em uma entrevista ao jornal chileno *El Mercurio*, em 1981, quando este afirmou:

Eu diria que, enquanto instituição de longo termo, sou totalmente contra ditaduras. Mas uma ditadura pode ser um sistema necessário durante um período de transição. Às vezes, é necessário para um país ter, durante certo tempo, uma forma de poder ditatorial. Como vocês sabem, é possível para um ditador governar de maneira liberal. E é possível que uma democracia governe com uma falta total de liberalismo. Pessoalmente, prefiro uma ditadura liberal a um governo democrático sem liberalismo. (Hayek, 1981 *apud* Safatle, 2021, n.p.)

Após o experimento chileno a ascensão do neoliberalismo teve início, dois países que foram fundamentais nesse processo são o Reino Unido e os Estados Unidos.

Margaret Thatcher assumiu como primeira-ministra do Reino Unido em 1979 e continuou no cargo até 1990. Os principais objetivos de seu governo foram a contenção da inflação, o corte de gastos públicos, abandonar as práticas do Bem-estar social, redução de impostos, a promoção das iniciativas de empreendedores e criar um clima favorável para induzir o investimento externo.

O governo também foi marcado pela privatização de recursos e empresas públicas, entre eles: telecomunicações, a indústria do aço, petróleo, carvão, eletricidade, gás, água, entre outras estatais. Como Harvey (2005) definiu, um dos lemas do Estado neoliberal é: onde não há mercado, ele deve ser criado. Para isso foi necessário enfrentar o poder sindical. Em 1980 uma greve dos trabalhadores da indústria do aço (estatal na época) ocorreu como resposta ao governo Thatcher após este cortar os postos de trabalho dessa indústria quase pela metade com o objetivo de “revitalizar a indústria”. Oito anos depois, em 1988, a indústria do aço foi privatizada.

Em 1984 foi a vez dos mineiros, que historicamente representaram a vanguarda dos movimentos populares no Reino Unido, entrarem em greve após o governo anunciar uma reorganização nas estruturas de trabalho e o fechamento das minas de carvão. Para enfrentar a greve, o governo estocou carvão e desregulamentou a importação de carvão para o país, de modo que o carvão importado passou a ser mais barato. Ainda que os mineiros contassem com um apoio popular forte, o governo não cedeu e a greve foi derrotada. Thatcher cortou os benefícios de Bem-estar social para dependentes dos trabalhadores em greve.

Nesse primeiros anos de governo o objetivo de redução da inflação foi atingido (de 13,35% em 1979 para 6,1% em 1985) enquanto o desemprego saltou (de 5,3% em 1979 para 11,4% em 1985) formando aquilo que Marx definiu como “exército industrial de reserva”, que se refere ao desemprego estrutural em países capitalistas com o objetivo de manter os salários baixos e inibir as reivindicações dos trabalhadores. Dardot e Laval (2016) destacam a ampla aceitação da teoria de Milton Friedman de uma “taxa de desemprego natural”.

A desregulamentação do mercado financeiro produziu altos lucros nesse setor e submeteu outras áreas da economia ao capital financeiro com fins especulativos e

de acumulação do capital. Para Harvey (2005), o neoliberalismo representa a *financeirização de tudo*, no caso do Reino Unido a década de Thatcher representou a desindustrialização do país e a ascensão de alguns indivíduos envolvidos com o mercado financeiro (entre eles George Soros, Richard Branson e o Lorde James Hanson). “A privatização e os ganhos especulativos da propriedade vendida caminharam de mãos dadas.” (Harvey, 2005).

Um dos objetivos que não foi alcançado no processo de neoliberalização do Reino Unido foi o abandono das políticas de Bem-estar social, que, por serem valorizadas pela opinião pública, foram defendidas pela população e até mesmo por alguns membros do Gabinete do governo. Houve reduções nessas políticas, mas de modo geral elas se mantiveram.

Além das políticas neoliberais instauradas nesse período, algumas entrevistas da primeira ministra britânica são representativas da ideologia neoliberal. Em uma entrevista para a revista *Woman’s Own* em 1987 ela afirmou:

If children have a problem, it is society that is at fault. There is no such thing as society. There is living tapestry of men and women and people and the beauty of that tapestry and the quality of our lives will depend upon how much each of us is prepared to take responsibility for ourselves and each of us prepared to turn round and help by our own efforts those who are unfortunate<sup>3</sup>. (Margaret Thatcher Foundation, 1987, n.p.).

O trecho é confuso porque ao mesmo tempo em que ele começa com uma negação da sociedade e sua influência na vida dos indivíduos que nela habitam (o que seria equivalente a dizer que não existem pessoas, apenas células e moléculas), em seguida se refere à “tapeçaria viva” formada por indivíduos em interação. Mas o principal ponto a ser notado é a negação absoluta de fenômenos sociais, e a responsabilização total dos indivíduos sobre seu próprio bem-estar e pelo bem-estar dos mais “desafortunados”. O Estado neoliberal de Thatcher não desempenha

---

<sup>3</sup> Tradução livre: “Se uma criança tem um problema, é culpa da sociedade. Não existe isso de sociedade. Existe uma tapeçaria viva de homens e mulheres e pessoais e a beleza dessa tapeçaria e a qualidade de nossas vidas dependerá do quanto cada um de nós está preparado para assumir responsabilidades por nós mesmos e cada um de nós está preparado para se virar e ajudar os desafortunados pelos seus próprios esforços.”

nenhum papel nisso, não é responsável de nenhuma forma pelo bem-estar da população.

Nos primeiros anos de seu governo, em 1981, a primeira ministra afirmou ao jornal Sunday Times:

What's irritated me about the whole direction of politics in the last 30 years is that it's always been towards the collectivist society. People have forgotten about the personal society. And they say: do I count, do I matter? To which the short answer is, yes. And therefore, it isn't that I set out on economic policies; it's that I set out really to change the approach, and changing the economics is the means of changing that approach. If you change the approach you really are after the heart and soul of the nation. Economics are the method; the object is to change the heart and soul.<sup>4</sup> (Margaret Thatcher Foundation, 1981, n.p.).

Aqui chama a atenção a estranha concepção de uma “sociedade coletiva” em oposição a uma “sociedade pessoal”, o que ela quis expressar com essa escolha peculiar de palavras é difícil inferir. Porém, é evidente uma separação entre o coletivo e o individual, uma dicotomia entre indivíduo e sociedade que não coloca ambos em uma interação e constituição mútua. Mas o principal dessa fala é essa noção de que as políticas econômicas, as bases materiais de uma sociedade, são uma ferramenta para transformar a abordagem, as maneiras de pensar e de sentir dessa sociedade.

Já nos EUA, a liberdade individual era historicamente um valor considerado fundamental, presente na cultura estadunidense muito antes da ascensão do neoliberalismo como modelo organizativo do capitalismo, o que fez esse modelo encontrar um terreno fértil para sua propagação. Além disso, as políticas de bem-estar nunca foram tão fortes quanto no Reino Unido, o que também marca uma ascensão diferente do neoliberalismo nos dois países. Mas antes de analisar o governo Reagan em si é necessária uma breve análise da década anterior.

---

<sup>4</sup> Tradução livre: “O que me irritou sobre a direção das políticas nos últimos 30 anos é que ela sempre esteve voltada para uma sociedade coletiva. As pessoas se esqueceram da sociedade pessoal. E então perguntam: eu conto? Eu tenho importância? Para o que a resposta curta é sim. E, portanto, não é que eu estabeleça políticas econômicas, o que eu estabeleço é uma mudança na abordagem, e mudar a economia é mudar a abordagem. Se você muda a abordagem você realmente está atrás do coração e da alma da nação; economia é o método, o objetivo é mudar o coração e a alma.”

Harvey (2005) contextualiza que durante o final da década de 1960 e ao longo da década de 1970, ocorreram algumas crises urbanas nos Estados Unidos, com destaque para a cidade de Nova Iorque que vinha de processos de desindustrialização e suburbanização que deixaram boa parte da cidade empobrecida. Com a recessão e a crise do petróleo, o déficit da cidade só aumentava e em 1975 um grupo de banqueiros se recusou a rolar a dívida levando a cidade à falência. Novas instituições foram criadas para administrar o orçamento da cidade, e escolheram pagar primeiro os acionistas, deixando os serviços públicos em segundo plano, implementando congelamento de salários e cortes nos gastos públicos, além de enfraquecer os sindicatos. Tabb (1982) destaca o caráter antidemocrático dessa austeridade forçada e Harvey (2005) sintetiza esse evento como sendo:

(...) equivalente a um golpe das instituições financeiras contra o governo democraticamente eleito da cidade de Nova York e tão eficaz quanto o golpe militar que ocorrera antes no Chile. Em meio a uma crise fiscal, fez-se uma redistribuição da riqueza favorável às classes altas. (Harvey, 2005, p. 55).

Tabb (1982) afirma que esse cenário representa a redução da responsabilidade social à caridade privada e considera que os primeiros anos do governo Reagan (quando escreveu esse trecho) foram a ampliação do cenário de Nova Iorque para todo o país:

This, then, is the long default – the effort to bring back the world of laissez-faire, in which social responsibility is reduced to private charity. And it is not unique to New York City: on the contrary, the shift to neoconservative reprivatization that is proceeding rapidly under the Reagan administration is, as we have said, merely the New York scenario writ large.<sup>5</sup> (Tabb, 1982, p. 14-15)

---

<sup>5</sup> Tradução livre: “Isso, portanto, é o padrão histórico - o esforço de trazer de volta o mundo do laissez-faire, no qual a responsabilidade social é reduzida à caridade privada. E isso não ocorre apenas em Nova Iorque, pelo contrário, a mudança para uma reprivatização neoconservadora que avança rápido na administração Reagan é, como nós dissemos, meramente o cenário de Nova Iorque em larga escala.”

Ainda antes do Governo Reagan, em 1978, permitiu-se que as indústrias farmacêuticas que receberam investimentos públicos, pudessem se apropriar de todos os benefícios de patente gerados pelas pesquisas. Isso permitiu que essas indústrias obtivessem altos lucros privados recebendo altos investimentos públicos (Harvey, 2005).

Paul Volcker, que assumiu o Banco Central dos Estados Unidos (FED) em 1979, considerou que a única forma de conter a estagflação era o abandono dos princípios do New Deal e suas políticas fiscais keynesianas, e o foco passou a ser a contenção da inflação através do aumento da taxa de juros, fossem quais fossem as consequências para o emprego.

A campanha presidencial de Ronald Reagan teve dois slogans interessantes: o hoje famoso “Let's make America great again” e “O governo não é a solução, é o problema” que indica esse discurso neoliberal que tenta resumir todos os problemas políticos e sociais ao excesso de intervenção estatal. Com a eleição de Reagan em 1980 o “choque Volcker” obteve o apoio através de desregulamentação da economia, corte de impostos, cortes orçamentários (porém com aumento nos gastos militares) e controle da inflação. Ataques aos sindicatos também marcaram o Governo Reagan com destaque para a derrota do PACTO, sindicato dos controladores de voo após uma longa greve em 1981. Nessa ocasião, Reagan mobilizou as forças armadas para assumirem a função de controle dos voos no país. Nesse momento a recessão produziu altas taxas de desemprego e teve início o declínio dos salários reais (em 1980 o salário mínimo federal era paritário ao nível da pobreza, em 1990 já havia caído para 30% abaixo desse nível). Apesar de isso não ser previsto originalmente nas teorias neoliberais, o neoliberalismo estadunidense sustentava um complexo militar extremamente deficitário.

O desemprego alcançou o índice de 10% na metade da década de 1980 e os ataques a sindicatos continuaram. A atividade industrial das regiões nordeste e meio-oeste, que era marcada por movimentos sindicais e organização dos trabalhadores, foi reduzida e movida para estados menos sindicalizados do Sul, para o México e para o Sudeste asiático (Harvey, 2005). Devido a uma menor tradição de políticas de Bem-estar nos Estados Unidos, em relação ao Reino Unido e outros Estados europeus, a resistência da população estadunidense contra o desmonte das políticas públicas foi menor em relação à resistência na Grã-Bretanha. Em outras palavras, o governo

Reagan obteve mais sucesso do que o governo Thatcher no desmonte dessas políticas.

As políticas de Reagan nos EUA tiveram como alguns de seus efeitos o crescimento da desigualdade social e da concentração de renda. Nos gráficos a seguir observa-se o aumento da diferença de rendas nos Estados Unidos a partir da década de 1980 (Figura 1) e a porcentagem da renda nacional controlada pelo 1% mais rico e pelos 50% mais pobres (Figura 2). Portanto a ascensão do neoliberalismo representou, na prática, aumento da desigualdade e da concentração de renda.

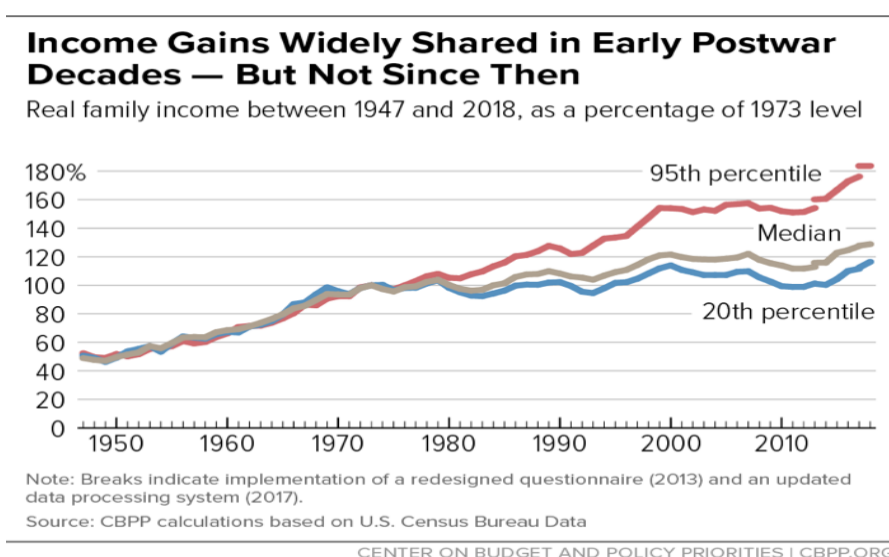


Figura 1

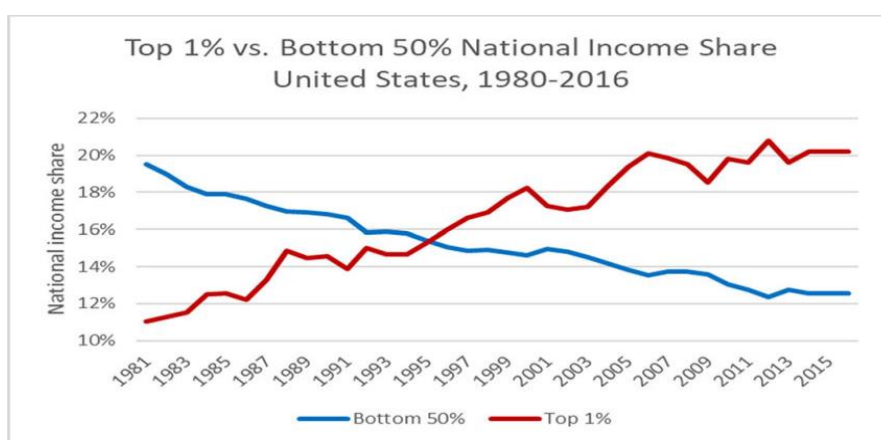


Figura 2

A ascensão do neoliberalismo se deu com particularidades no Reino Unido e nos Estados Unidos, mas algumas semelhanças devem ser destacadas: o combate à inflação às custas do pleno emprego, aumento da desigualdade e aumento da concentração de renda. Outra semelhança foi o combate à “coerção” praticada pelos sindicatos, algo que já era defendido por Hayek (Dardot; Laval, 2016). Thatcher e Reagan lideraram um projeto no qual uma posição político econômica minoritária, o neoliberalismo, se tornou a corrente majoritária nos dois países. A partir de então o neoliberalismo se expandiu para o resto do mundo capitalista.

O neoliberalismo sob hegemonia dos Estados Unidos a partir da década de 1980 é considerado por Duménil e Lévy (2014) como a *segunda hegemonia financeira* (sendo a primeira o modo de organização do capitalismo entre as crises de 1890 e 1929).

Tal expansão se deu de diferentes formas, seja pela propaganda, por formas de pressão político-econômica ou até mesmo pela força militar. Um conjunto de recomendações sobre a gestão político econômica dos países foi oferecida a países que desejavam empréstimos ou auxílio. O México, que havia declarado falência em 1982, recebeu um empréstimo do Banco Mundial em 1984 em troca da realização de reformas neoliberais. Essa foi a primeira vez que o Banco Mundial fez um empréstimo nesses termos (Harvey, 2005). Essas reformas corresponderam a um aumento da desigualdade e da criminalidade em todo o país. Apesar da queda na qualidade de vida da maior parte da população, o número de bilionários do país cresceu, com destaque para Carlos Slim, que obteve o controle do sistema de telecomunicações que havia sido privatizado se tornando um dos homens mais ricos do mundo. Essas recomendações e negociações do Banco Mundial e do FMI foram vendidas como a salvação para os países em crise no entanto:

(...) os resultados dos planos de ajustes foram bastante destrutivos na maioria das vezes. As “terapias de choque” sufocaram o crescimento com taxas de juros muito elevadas, arruinaram a produção local expondo-a sem cautela à concorrência dos países mais desenvolvidos, muitas vezes agravaram a desigualdade e aumentaram a pobreza, reforçaram a instabilidade econômica e social e submeteram essas economias “abertas” à volatilidade dos movimentos de capitais. A intervenção do FMI e do Banco Mundial

visava impor o quadro político do Estado concorrencial, ou seja, do Estado cujas ações tendem a fazer da concorrência a lei da economia nacional, seja essa concorrência a dos produtores estrangeiros, seja a dos produtores nacionais. (Dardot; Laval, 2016, p. 198).

Um exemplo da expansão do neoliberalismo através do poderio militar estadunidense foi o Iraque. Em setembro de 2003 a invasão do Iraque pelos Estados Unidos e aliados foi chamada de “Operação Liberdade do Iraque” e Paul Bremer, chefe da Autoridade Provisória da Coalizão publicou uma série de decretos que incluíam “(...) total privatização da economia, plenos direitos de propriedade às empresas estrangeiras com negócios iraquianos, o direito de empresas estrangeiras de expatriar os lucros e a retirada de quase todas as barreiras comerciais.” (Harvey, 2005, p.16). A Autoridade Provisória de Coalizão também instituiu um imposto único altamente regressivo, proibiu o direito à greve e a sindicalização de setores considerados importantes, medidas que foram criticadas como violações das Convenções de Genebra e de Praga por serem exigências de uma potência invasora, mas foram consideradas legais quando o governo provisório nomeado pelos EUA em 2004 foi declarado como soberano (Harvey, 2005).

Portanto, o processo de neoliberalização não foi igual em todos os países, tendo desenvolvimentos geográficos desiguais e se dando muitas vezes através da força. O que esse processo representou de fato foi um projeto político de acumulação de capital e restauração do poder de classe (Harvey, 2005; Duménil; Lévy, 2014) para os proprietários capitalistas e os setores mais altos de administração, tais como os Chief Executive Officers (CEOs). Como visto na Figura 2, o 1% mais rico dos Estados Unidos passou de controlar menos de 12% da renda nacional em 1981 para controlar mais de 20% em 2016. Enquanto isso, os 50% mais pobres possuíam menos de 20% da renda nacional em 1981 para controlar pouco mais de 12% em 2016. O patrimônio líquido das 358 pessoas mais ricas do mundo em 1996 era equivalente à renda somada dos 45% mais pobres da população mundial (Harvey, 2005).

Nos EUA, o salário mediano dos CEOs em relação aos salário médio dos trabalhadores passou de uma razão de 30 para 1 em 1970 para uma razão de 500 para 1 nos anos 2000 (Harvey, 2005). Os CEOs começaram a ser pagos em opções de ação, assim se fundiu o gerência (CEO) com títulos de propriedade e “o valor das

ações tomou o lugar da produção como guia da atividade econômica.” (Harvey, 2005, p.41).

Além disso, houve uma diminuição da separação entre capital monetário e produtivo, fazendo com que mesmo corporações voltadas para a produção, como o setor automotivo, assumissem uma orientação financeira e, como já foi destacado anteriormente: a neoliberalização representou a *financeirização de tudo*. Duménil e Lévy (2014) destacam a expansão e sofisticação de instituições e mecanismo financeiros em um contexto de globalização, que é um fenômeno presente desde os primeiros estágios do capitalismo, mas as barreiras comerciais e financeiras diminuiram durante as últimas décadas do século XX e a “Financeirização e globalização foram instrumentos para a obtenção de altas rendas.” (Duménil; Lévy, 2014, p.44). A ascensão do neoliberalismo representou, nos países centrais/dominantes do capitalismo um aumento do investimento financeiro e uma diminuição do investimento em produção.

Por isso o apoio às instituições financeiras e à integridade do sistema financeiro se tornou a preocupação central da coletividade de Estados neoliberais (...) No caso de um conflito entre Main Street [a “rua” da produção] e Wall Street [o centro financeiro] esta última seria favorecida. Surge a real possibilidade de Wall Street se sair bem enquanto o resto dos Estados Unidos (e o resto do mundo) se sai mal. (Harvey, 2005, p.42).

No entanto, essa maior mobilidade do capital através da globalização e da desregulamentação do setor financeiro impediu ou reduziu a capacidade de gerenciamento da macroeconomia em cada país (Duménil; Lévy, 2014). Nesse período o comportamento das empresas também foi transformado, e estratégias foram adotadas para a criação de valor financeiro, tais como “fusões-aquisições, recentralização no foco do negócio, terceirização de certos segmentos da produção, redução do tamanho da empresa” (Dardot; Laval, 2016, p. 200). A administração Reagan foi aplaudida por liberais pelo desenvolvimento da gestão empresarial que transformou os Estados Unidos em uma “sociedade de empreendedores” (Dardot; Laval, 2016).

A recuperação das condições de acumulação e restauração do poder de classe não representou necessariamente a retomada de poder às mesmas pessoas. Em alguns casos as elites tradicionais mantiveram sua base de poder, mas com a financeirização surgiu uma nova classe de investidores que acumularam enormes fortunas em um curto período de tempo através de ganhos especulativos (Warren Buffett, George Soros, já mencionados anteriormente, entre outros). Novos setores como as tecnologias de informação enriqueceram figuras como Bill Gates em um curto espaço de tempo. Além da ascensão de figuras que lucraram muito com as privatizações, como Carlos Slim, no México e os oligarcas russos que assumiram os espólios da União Soviética. O poder da classe dominante foi restaurado, mas alguns personagens novos foram incluídos nessa reorganização do capitalismo mundial.

Aí reside uma das grandes contradições do neoliberalismo: enquanto esse projeto se vende como “libertando as capacidades empreendedoras individuais”, que proporciona aos indivíduos a capacidade de ascender socialmente através do esforço pela lógica da meritocracia, na prática, o que se observa é o aumento da desigualdade ao redor do mundo, o aumento da concentração de renda e uma retomada de poder de classe para as elites dominantes. Enquanto os defensores do neoliberalismo vendem esse modelo como sendo “democrático” e no qual, através do esforço individual é possível alcançar riquezas e prosperidade, na prática o neoliberalismo ampliou o abismo já existente entre as classes.

O neoliberalismo pode ser considerado, portanto, mais do que a radicalização do liberalismo, a radicalização do modo de produção capitalista, no qual características intrínsecas do capitalismo como a desigualdade, a concentração de renda e a exploração do trabalho são elevadas à última potência.

Um último ponto a ser apresentado na história recente do neoliberalismo é a crise que teve início em 2007 e cujos impactos reverberam até os dias de hoje. Esta crise não foi causada por baixas taxas de lucro ou por falta de demanda ou poder de compra. O entendimento em *A crise do neoliberalismo* (Duménil; Lévy, 2014) é de que a crise do neoliberalismo se constituiu a partir da contradição entre a busca de altas rendas pela classe capitalista através da globalização e da financeirização e a trajetória econômica dos Estados Unidos que, nos anos 2000, vinha de baixas taxas de acumulação, déficit comercial, dependência de financiamento externo e o endividamento interno.

(...) Excesso de financeirização significou uma estrutura financeira frágil; e excesso de globalização, uma economia mundial incontrolável. A acumulação gradual de endividamento por parte das famílias norte-americanas não poderia continuar sem limite. Em algum ponto seria necessário interromper a dependência de financiamento externo. (Duménil; Lévy, 2014, p. 45).

Após uma recessão na economia dos Estados Unidos nos anos 2000, a recuperação se deu através de um aumento no investimento residencial, gerando um *boom* no setor imobiliário, mas os investimentos em produção continuaram baixos. Duménil e Lévy destacam que em 2005 e 2006 teve início uma onda de inadimplências, o que causou a desvalorização de títulos lastreados em hipotecas de maior risco. Em 2007 teve início uma crise de liquidez que acentuou o declínio do mercado imobiliário. Em 2008 aumentaram os prejuízos das instituições financeiras, causando uma série de falências de bancos. A partir de então, a crise do setor financeiro se tornou uma crise de oferta de créditos, tanto para famílias como para corporações não financeiras, que ficou conhecida como o *arrocho do crédito*. Ainda em 2008 faliram alguns gigantes das finanças e outros foram salvos pelo Estado estadunidense por serem “too big to fail”<sup>6</sup>, em um processo em que os riscos e fracassos foram nacionalizados enquanto os lucros eram privatizados (Dardot; Laval, 2016) e a “contração da produção se espalhou por todo o mundo. Observou-se instabilidade nos mercados de câmbio e as ações despencaram violentamente” (Duménil; Lévy, 2014, p. 48). O governo dos Estados Unidos passou a agir como substituto do setor privado gerando grandes déficits, a securitização passou a ser realizada pelo governo ou por agências patrocinadas pelo governo e os títulos lastreados em hipotecas passaram a ser comprados pelo Federal Reserve.

Franco et al. (2021) pontuam que as consequências da crise ainda são difíceis de serem analisadas, visto que a crise não foi superada, e fazem um resumo pontual do que foi observado no cenário político internacional desde então:

Golpes de Estado, enrijecimento das forças repressivas, ascensão de regimes profascistas ultraliberais e desmonte dos direitos sociais são alguns elementos visíveis até agora. A face autoritária do

---

<sup>6</sup> Tradução livre: *grande(s) demais para falhar*.

neoliberalismo *realmente existe*, para além de todo aparato retórico, aparece macabra no horizonte. (Franco et al. 2021, p.72).

## 4. NEOLIBERALISMO: A REALIDADE BRASILEIRA

“A maior desgraça de um país pobre, é que ao invés de produzir riqueza, produz ricos.” (Couto, 2005, p. 23).

Um importante aspecto para se considerar ao analisar o neoliberalismo é o conceito de *hibridismo*. Ainda que a instituição da lógica neoliberal seja um fenômeno global e imposto por organizações internacionais, sua aplicação tem suas particularidades em diferentes regiões, países, estados e cidades, devido a seus diferentes contextos históricos (Andrade; Cortês, 2022).

No caso brasileiro deve-se reconhecer que, ainda que a lógica neoliberal atravessasse diferentes contextos e que pode se estender para todos os aspectos da vida social, também não se deve confundir o processo de implementação do neoliberalismo em países centrais do capitalismo com sua implementação em países na periferia do sistema (Andrade; Cortês, 2022). Os autores criticam a análise de um governo ser ou não neoliberal, como, no caso brasileiro, costuma-se definir os governos Collor, Fernando Henrique Cardoso, Temer e Bolsonaro como neoliberais, enquanto os governos petistas negam essa denominação. Para eles, uma análise com base na pluralidade das racionalidades políticas demonstra que cada governo alterou ou manteve as hibridizações existentes com o neoliberalismo, sendo que nenhum governo chegou a romper com a lógica neoliberal. Porém, os autores fazem uma consideração a respeito: “Não se trata, evidentemente, de dizer que todos são igualmente neoliberais, mas de nuançar avanços, recuos e deslocamentos das combinações ao longo do tempo.” (Andrade; Cortês, 2022, p. 659).

No entanto, os autores não negam que o neoliberalismo é a racionalidade política, econômica, social e cultural hegemônica: “(...) devido à enorme plasticidade do neoliberalismo, essa racionalidade consegue se hibridizar e colonizar outras estratégias e táticas políticas.” (Andrade; Cortês, 2022, p. 660). Portanto, é necessário analisar o neoliberalismo e sua história no mundo, mas sem deixar de estudar as particularidades de sua aplicação em cada contexto.

Portanto, neste capítulo será analisado o contexto brasileiro de ascensão do neoliberalismo. Enquanto os governos Thatcher e Reagan vigoravam na década de 1980, o Brasil passava pelo seu processo de redemocratização. Saad Filho e Morais

(2018) definem que o sistema de acumulação predominante entre as décadas de 1930 e 1980 foi o desenvolvimentismo, marcado pela industrialização e pelo crescimento econômico.

Entretanto, nem esse sistema de acumulação, nem os anteriores, foram capazes de reduzir as desigualdades históricas do país. Mesmo com uma série de rupturas políticas, da colônia para Império com o processo de independência e mesmo com a Abolição da Escravatura e Proclamação da República o país manteve um padrão extremamente excludente de repartição de renda e riqueza, além da continuidade do racismo e da marginalização de pessoas negras e da manutenção hierarquia racial enquanto política de Estado (Moura, 1977). O governo Vargas (1930-1945), início do período desenvolvimentista, foi marcado pelos primeiros programas de seguridade social que ofereceram uma série de direitos trabalhistas. No entanto, esses direitos não estavam disponíveis para a maioria das mulheres, para os trabalhadores rurais e para o setor informal, pois se voltavam principalmente para homens trabalhadores formais das regiões urbanas (Saad Filho; Morais, 2018). Mesmo em décadas em que o Brasil apresentou um dos maiores crescimentos econômicos do mundo, a distribuição dessa riqueza nunca foi realizada: em 1980 o Brasil era a oitava economia do mundo, mas era o terceiro país em maior desigualdade de renda no planeta (Pochmann, 2015). Como analisa Moura (2014), o capitalismo brasileiro é historicamente subordinado e dependente e se apoia na manutenção da hierarquia racial presente desde os tempos coloniais. Desse modo, para discutir o capitalismo brasileiro, é impossível não discutir o racismo.

Andrade (2022) destaca a circulação de autores como Mises e Hayek entre empresários brasileiros desde a década de 1950, destacando a participação do think tank Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado em 1961 foi um importante difusor de um ideário pró-mercado e anticomunismo e que apoiou o golpe civil militar de 1964. Think tanks como IPES e a Associação Nacional de Programa Econômico Social (ANPES) participaram da produção de pesquisas, formação de quadros e formulações de políticas públicas.

Esses primeiros think tanks brasileiros encamparam propostas neoliberais relativas à descentralização do Estado, reforma da administração pública, abertura do mercado de capitais para facilitar o influxo de investimento externo, desregulamentação dos

mercados internos, liberação de preços, quebra de monopólios estatais, vinculação de aumentos salariais a ganhos de produtividade, perda de estabilidade no setor privado, reforço dos mercados de Ensino Superior e de saúde privados, reforma gerencial do Ensino Superior Público com vista à produtividade econômica, entre outras. (Andrade, 2022, p. 678-679).

Essas instituições influenciaram o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) nos primeiros anos da ditadura, naquilo que Andrade (2022) aponta como um “protoneoliberalismo”, no qual elementos neoliberais surgiram de maneira dispersa no governo militar, ainda que, por conta da generalização dessas técnicas de governo e de uma coerência estratégica, esse período não possa ser classificado como “neoliberal”. Apesar do governo militar ter intensificado a concentração de renda (Saad Filho; Morais, 2018) as elites já expressavam sua insatisfação desde 1974 “quando capitalistas proeminentes expressaram sua frustração com o intervencionismo tecnocrático do governo e sua relutância em ouvir as grandes corporações.” (Saad Filho; Morais, 2018, p. 74).

Na década de 1980 o regime já se encontrava desgastado e enfraquecido diante de um aumento da dívida externa, e da inflação e de uma oposição crescente, com a mobilização e criação de muitos sindicatos e movimentos sociais por todo país. Surgia uma nova elite, de financistas e dirigentes empresariais, que se colocaram para dialogar com os movimentos urbanos emergentes.

Uma série de manifestações, que ficaram conhecidas como “Diretas Já”, se espalharam pelo Brasil em 1983. A *ditadura acabada* deu início à transição para a democracia, com eleições indiretas em 1985 que fizeram José Sarney presidente do Brasil (Tancredo Neves foi eleito, mas faleceu pouco antes de assumir, o que fez seu vice, Sarney, assumir). Com a Assembleia Constituinte em 1986 a nova constituição foi promulgada em 1988. Esse processo de redemocratização se baseou em um pacto político onde:

Seriam garantidas amplas liberdades políticas; a cidadania dos trabalhadores e dos pobres seria reconhecida, e eles recebiam benefícios econômicos marginais; no entanto, não haveria distribuição substancial do poder econômico, e os oficiais militares seriam

protegidos de acusações de violação dos direitos humanos. (Saad Filho; Moraes, 2018, p. 79)

A nova Constituição foi muito influenciada pelos movimentos sociais e políticos dos anos anteriores, garantindo amplos direitos baseados nos princípios de universalidade, cidadania e previdência social. O Estado deveria garantir saúde, educação, moradia, assistência social, alimentação e aposentadoria para todos, como um “Estado de Bem-estar social tardio” (Saad Filho; Moraes, 2018), visto que em boa parte do mundo essas políticas estavam sob ataque. Outros direitos previstos incluíam:

A limitação da jornada de trabalho a 44 horas semanais, a segurança do emprego, a proteção contra a demissão arbitrária, os pisos salariais em função da qualificação do tempo de serviço, o pagamento de horas extras, direito a férias anuais remuneradas, 120 dias de licença-maternidade, 5 dias de licença-paternidade, direito à greve e independência de sindicatos. (Saad Filho; Moraes, 2018, p. 82).

Enquanto isso, as elites brasileiras ainda não tinham um consenso a respeito do projeto neoliberal. Esse pacto político que sustentou a nova República atendeu muitas das demandas políticas das manifestações do período, porém não demandas econômicas como uma melhor distribuição de renda, nacionalização de setores estratégicos, entre outros. A responsabilidade pelas políticas públicas de saúde, educação e assistência social foi passada aos governos estaduais e municipais, mas sem que estes recebessem os recursos necessários. Foi instituído um congresso bicameral em que a câmara baixa é eleita por representação proporcional e setores agrários e conservadores conseguiam impor seus interesses. Surgiram diversos partidos, muitos sem princípios claros, o que trouxe a necessidade do Poder Executivo estabelecer coalizões muitas vezes instáveis. Assim foi construída a *democracia deliberadamente frágil* brasileira estabelecida em meio à disputa entre demandas populares e pressões das elites (Saad Filho; Moraes, 2018). Andrade (2022) destaca o importante papel da mídia e dos institutos liberais no convencimento do projeto neoliberal ao “moldar a visão do mundo de empresários, autoridades civis e militares

e de formadores de opinião como jornalistas, educadores e professores universitários.” (Andrade, 2022, p.681-682).

Em 1989 aconteceram as primeiras eleições presidenciais diretas em quase trinta anos e Fernando Collor foi o primeiro presidente eleito por voto popular. No momento de sua eleição o consenso das elites brasileiras sobre o neoliberalismo já era maior e a plataforma do novo presidente envolvia a redução dos gastos públicos, uma pauta tipicamente neoliberal, ao menos enquanto discurso. Eis a contradição do sistema político da nova república: uma constituição que garante direitos, cidadania igualitária e um estado de bem-estar social em meio à ascensão do neoliberalismo no mundo e sua aceitação por parte da elite brasileira enquanto o autoritarismo e a opressão do período ditatorial se mantinham vivos nas periferias do país e na manutenção de uma polícia militar.

Saad Filho e Morais (2018) consideram como uma singularidade do neoliberalismo brasileiro o fato dele ter se estabelecido sendo disfarçado e justificado ideologicamente como combate à inflação, que vinha crescendo desde a década de 1970. A respeito da financeirização e globalização discutidas no capítulo anterior, em 1988 Sarney já havia diminuído o controle sobre fluxos de capital internacional, Já nos governos Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1995) o sistema financeiro brasileiro foi reformado e teve início o processo de liberalização das importações e políticas monetárias contracionistas foram adotadas para combater a inflação. Porém, Collor, mesmo fechando dezenas de agências estatais e exonerando dezenas de milhares de funcionários públicos, não conseguiu combater a inflação.

Collor e Itamar também apoiaram mudanças na então recente constituição:

O artigo 171 foi revogado, eliminando a distinção entre empresas brasileiras e estrangeiras. O item IX do artigo 170 foi modificado, permitindo que empresas estrangeiras explorassem o subsolo. O artigo 178 foi alterado para eliminar o monopólio estatal de transporte em rotas costeiras. O inciso IX do artigo 21 foi alterado para abolir o monopólio estatal das telecomunicações. O parágrafo 1º do artigo 177 foi reescrito para relaxar o monopólio estatal da exploração de petróleo e o artigo 192, modificado para reduzir o controle estatal sobre a seguridade social. As reformas constitucionais também levaram adiante o programa de privatização introduzido pela ditadura em reação à crise internacional

da dívida e abriram espaço para a “flexibilização” do mercado de trabalho.(Saad Filho; Morais, 2018, p. 102).

Em 1992, devido a uma série de escândalos, o presidente Fernando Collor sofreu um processo de impeachment que culminou com seu vice, Itamar Franco, assumir a presidência. Isso não alterou o processo de neoliberalização no Brasil. Itamar começou a trabalhar, com seu Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, no Plano Real, para combater a inflação e ao mesmo tempo oferecer a “cobertura ideológica e política para a consolidação do neoliberalismo.” (Saad Filho; Morais, 2018, p. 103).

O Plano Real foi constituído a partir da noção de que a inflação era causada por déficits fiscais e persistia em decorrência da indexação, dessa forma as políticas contracionistas que já vinham do governo Collor eram necessárias, mas insuficientes, a desindexação coordenada pelo Estado sendo vista como fundamental. O Plano Real se baseou na liberalização da importação, a sobrevalorização da moeda (que iria baratear artificialmente as importações), a liberalização de fluxos internacionais de capital, a liberalização financeira nacional, altas taxas de juros (que juntamente às privatizações ajudaram a trazer o capital internacional para o país), redução dos déficits nominais do setor público e a desindexação (Saad Filho; Morais, 2018). A desindexação eliminou parte da inflação ao introduzir a Unidade de Valor Real, um índice de preços que vigorou nos seis meses anteriores à adoção da nova moeda, o Real.

O Plano conseguiu reduzir a inflação, aumentar as demandas por importações, o PIB cresceu e uma queda no desemprego fizeram a popularidade do Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, crescer de tal forma que ele foi eleito como presidente da República em 1994. Como em outros países que adotaram as práticas neoliberais houve um crescimento da área financeira e uma desindustrialização. Uma singularidade do neoliberalismo híbrido brasileiro foi que, na contramão do resto dos países que adotaram o projeto neoliberal, na década de 1990 o Brasil foi um dos únicos países onde os gastos sociais aumentaram na década de 1990. Isso se deve ao Brasil não ter uma grande tradição nessas políticas anteriormente e da Constituição de 1988 que, ainda que não tivesse mudado a característica excludente da sociedade brasileira, abriu a possibilidade de construção de uma sociedade menos desigual.

O Plano Real atingiu o objetivo de estabilização da inflação e com ele as importações se tornaram mais baratas. Isso junto do crescimento do PIB e queda no desemprego fizeram do ministro da fazenda extremamente popular e garantiram sua eleição em 1994 (Saad Filho; Morais, 2018). No entanto o Plano trouxe alguns problemas ao gerar uma dependência estrutural do capital internacional e sua inconstância, as altas taxas de juros fizeram com que o Estado tivesse de aumentar os impostos e reduzir despesas, além de perpetuar a supervalorização da moeda, alimentar o déficit nas importações e a desindustrialização (Saad Filho; Morais, 2018). Crises internacionais como México em 1994 e do Leste Asiático em 1997 afetaram a economia brasileira, dado o grau de dependência do capital estrangeiro (Harvey, 2005), fazendo com que o Brasil negociasse um pacote de apoio financeiro com o FMI e o G7 e que o Banco Central aumentasse ainda mais as taxas de juros. Pouco depois da reeleição de Fernando Henrique em 1998, o Banco Central desvalorizou o real em relação ao dólar, fazendo a cotação da moeda desabar e o real flutuar, o que desencadeou uma bolha inflacionária nos anos seguintes (Saad Filho; Morais, 2018). De modo geral, durante a década de 1990 o que se observou no Brasil foram os setores produtivos e financeiros do Brasil serem desnacionalizados e a concentração de renda e riqueza permanecer inalterada (Saad Filho; Morais, 2018).

Em 1995 o governo Fernando Henrique lançou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, alterou a responsabilidade do Estado brasileiro pelo desenvolvimento econômico e social, tornando-o um regulador da economia e delegando para o setor privado a oferta de bens e serviços (Andrade, 2022). Assim, a administração pública ficou mais suscetível à participação de agentes privados.

Andrade (2022) destaca a transformação do conceito de empresa nesse período. Anteriormente, o modelo predominante era o da empresa clássica fordista, em que relações de obrigações e reciprocidades estão presentes na relação patrão-funcionário. Mas o neoliberalismo brasileiro inaugura uma nova lógica de empresa:

Ela passou a ser concebida como um feixe de contratos, onde se difunde a terceirização, a subcontratação e os vínculos precários de trabalho, com a generalização da ideia de que os empregos não são estáveis e que cada um deve ser responsável por sua própria carreira (empresa neoliberal). O trabalhador se tornava, assim, inclusive do ponto de vista da pessoa jurídica, uma empresa de si

mesmo, em que cabe a cada um zelar pelos investimentos, disciplina e marketing pessoais. A empresa se converteu, então, em uma conexão de outras empresas, já que uns investiram seu capital financeiro e, outros, seu capital humano, sendo vistos como “colaboradores” em uma relação “ganha-ganha”, e não mais como patrões e empregados em uma relação salarial. (Andrade, 2022, p. 684)

Essas modificações marcaram a ascensão no Brasil de uma concepção empresarial neoliberal da relação Estado e população e das relações de trabalho. Nesse momento houve um agudização da precarização do trabalho e o Estado se articulou com empresas privadas para criar políticas de fomento e proteção às micro, pequenas e médias empresas. Com isso foi possível “simplificar e reduzir a burocracia e os encargos fiscais e facilitar o acesso a linhas exclusivas de financiamento e de crédito, de modo a facilitar a sua abertura e fechamento, seu desenvolvimento e o prolongamento de seu ciclo de vida.” (Andrade, 2022, p. 689). Esse favorecimento da noção de empreendedor veio paralelamente com precarização do trabalho e da qualidade de vida para a população, difundiu a lógica do empreendedorismo na sociedade brasileira (Andrade, 2022). A Lei da Responsabilidade Fiscal de 2000 também complementou o projeto de neoliberalização do país, impondo mais limites às despesas públicas. (Saad Filho; Morais, 2018).

Em 2002 foi eleito Luiz Inácio “Lula” da Silva, figura importante do movimento sindical durante o período de redemocratização, e principal figura do Partido dos Trabalhadores (PT). Porém, quando ele chegou à presidência, os sindicatos e forças sociais que o impulsionam enquanto uma figura pública, já tinham sido enfraquecidos pelas políticas neoliberais da década de 1990 (Saad Filho; Morais, 2018). Saad Filho e Morais (2018), consideram a gestão petista como um *neoliberalismo desenvolvimentista*, pois, ao mesmo tempo que o governo Lula reforçou a agenda de bem-estar e cidadania prevista na constituição de 1988, não rompeu com o neoliberalismo como sistema de acumulação. Durante o segundo mandato do governo Lula (2007-2010) houve uma melhora significativa no crescimento econômico, na criação de empregos acompanhada de uma redução da pobreza e da desigualdade sem precedentes no Brasil.

Em 2008 foi sancionada a Lei Complementar nº 128, formalizando aqueles que trabalham por conta própria enquanto microempreendedor individual (MEI). A precarização das condições e relações de trabalho, apesar de apresentarem problemas anteriores, prosseguiram no Governo Lula. E a lógica de “colaborador” e “empreendedor de si” continuou a vigorar, mesmo para os trabalhadores formais, a quem passou-se a demandar “os mesmos atributos de flexibilidade, polivalência e iniciativa do trabalhador informal.” (Andrade, 2022, p. 691).

Ainda sobre a expansão da noção de empreendedorismo, vale fazer um breve comentário sobre o acesso de boa parcela da população à internet e ao uso das redes sociais no Brasil. Para que a lógica neoliberal de financeirização e globalização, e acumulação de riqueza por parte das elites funcionasse, era necessário o desenvolvimento de novas tecnologias de informação capazes de “acumular, armazenar, transferir, analisar e usar maciças bases de dados para orientar decisões do mercado global.” (Harvey, 2005, p. 13). Harvey (2005) também destaca como essas tecnologias afetaram o espaço e o tempo do mercado, ajudando a “enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado.” (Harvey, 2005, p. 13). As redes sociais no Brasil também apresentaram um efeito de expansão da lógica neoliberal como apresentado por Andrade (2022):

A gestão do perfil nas redes sociais como valorização do portfólio de capital humano, a competição pela existência na economia da atenção, a customização e gestão da experiência de consumo pelos algoritmos, a percepção de crise permanente desencadeada pela apresentação de eventos sucessivos que produzem fluxo de atenção, as metas corporativas de tempo de tela, a inflexão espaço-temporal que substitui a lógica linear do projeto pela pontual do imediato, o deslocamento da percepção de progresso por uma concepção de futuro calcada em um tempo distante e imprevisível controlado por forças inescrutáveis (mão invisível do mercado, algoritmos, concepções religiosas) etc. (Andrade, 2022, p. 692-693).

Andrade (2022) também destaca o papel da mídia, através de novelas, matérias de jornal e redes sociais, de disseminar uma concepção profundamente idealizada (e ideológica) de “empreendedorismo popular”.

Nas empresas, surgiram novas práticas de gestão como a responsabilização individual, autocontrole e autogestão dos trabalhadores, o que trouxe maior subordinação por parte dos trabalhadores, esvaziando a necessidade de algumas funções gerenciais mais tradicionais, fechando mais de um milhão desses postos de trabalho entre 2007 e 2017 (Andrade, 2022). O trabalhador se tornou o seu próprio gestor, responsável por seu trabalho, empregabilidade e gerenciamento, “(...) invisibilizando, assim, a precariedade e embaralhando as fronteiras entre o emprego e o desemprego, o formal e o informal.” (Andrade, 2022, p. 695). Segundo Dardot e Laval (2016) a gestão neoliberal visa interiorizar nos sujeitos normas de eficiência, produtividade e desempenho individual. A individualização do desempenho e das recompensas também fomenta uma concorrência interna à empresa. Essas mudanças na gestão empresarial resultaram na individualização dos salários, intensificação do trabalho e diminuição dos prazos, reduzindo formas coletivas de solidariedade.

Saad Filho e Morais (2018) fazem um bom resumo da situação do governo Lula (2003-2010):

O governo implementou uma variante desenvolvimentista do neoliberalismo, impulsionada por financiamento público, investimentos das empresas estatais, expansão do crédito, aumento das transferências e outras melhorias para as camadas mais baixas do mercado de trabalho. O crescimento mais rápido do PIB aumentou a demanda de mão de obra menos qualificada, o que elevou rendimentos por meio da criação de escassez de força de trabalho e da formalização do emprego, e reforçou as sinergias entre crescimento e distribuição. Os elevados preços das *commodities* e a liquidez abundante aliviaram a restrição do balanço de pagamentos, enquanto a valorização do real reduziu a inflação. No entanto, os investimentos privados não cresceram na medida necessária, não houve transformações significativas na estrutura produtiva, os investimentos públicos foram insuficientes para modernizar a infraestrutura do país e não se tentou tributar os rendimentos mais elevados ou reduzir a desigualdade na propriedade dos ativos. (...) O PT descobriu que programas bem-sucedidos de transferência exigem

uma economia sólida e taxas de crescimento elevadas que o neoliberalismo nunca sustentou. (Saad Filho; Morais, p. 168).

Um exemplo claro desse hibridismo no Brasil está na história da implementação do Sistema Único de Saúde (SUS). Enquanto o país passava pela implementação de lógicas neoliberais, a população conquistava um sistema único de saúde universal, aos moldes do Estado de bem-estar social europeu, inspirado principalmente no National Health System (NHS), o sistema de saúde universal do Reino Unido, criado em 1948 (Neto; Araújo, 2014). Portanto, a gestão do SUS é marcada pelo hibridismo entre duas formas de governamentalidade, para Neto e Araújo (2014) é justamente esse hibridismo que impediu uma implementação completa do SUS, que foi barrada por um subfinanciamento e pela não aplicação total do que fora previsto na constituição de 1988.

O governo Lula chegou ao fim com um índice de aprovação altíssimo, com o Brasil tendo se recuperado rapidamente da primeira onda da crise econômica global e sua sucessora, Dilma Rousseff assumiu em 2011 com o objetivo de acelerar o crescimento econômico através de políticas desenvolvimentistas e, assim, realizar a redistribuição de renda (Saad Filho; Morais, 2018). Novas políticas públicas de infraestrutura, de assistência social e bens e serviços públicos foram estruturadas. As novas políticas econômicas e monetárias do Banco Central como explanado por Saad Filho e Morais (2018) com uma contração monetária, a desvalorização do Real e a taxa de inflação acima da meta do Banco Central.

Em 2013 o Movimento Passe Livre (MPL), um movimento favorável ao fim da cobrança de tarifas no transporte público, liderou manifestações contrárias ao aumento das tarifas do transporte público. Inicialmente a mídia de modo geral se mostrou crítica às manifestações. Mas com sua continuidade sobre crescente repressão policial, que agrediu manifestantes, jornalistas e até mesmo transeuntes chamou a atenção da opinião pública, forçando a mídia a repensar sua abordagem sobre os eventos. As manifestações cresceram na adesão e no apoio da mídia, mas as pautas foram sendo esvaziadas e cooptadas, "na tentativa de capturar os movimentos, a imprensa patrocinou a multiplicação e desradicalização das demandas." (Saad Filho; Morais, 2018, p. 208). A aprovação do governo despencou.

Ainda assim, em 2014 Rousseff foi reeleita, mas a situação de seu segundo governo era crítica. Coincidindo com uma deterioração da economia e com a

popularidade do governo em queda, e acusações de corrupção tanto por parte de opositores como da mídia. Aécio Neves, derrotado no segundo turno, junto ao PSDB, questionaram os resultados das urnas em uma demonstração da existência de um grupo de opositores dispostos a quebrar a ordem constitucional. O governo Dilma, pressionado, nomeou Joaquim Levy, um “homem do mercado” como Ministro da Fazenda e aceitou a implementação de políticas de austeridade. Mas a popularidade do governo continuava caindo, com o Congresso barrando todas suas iniciativas e a mídia aumentando a pressão sobre Dilma e o PT (Saad Filho; Morais, 2018).

Novos movimentos políticos e *think tanks* também intensificaram seus ataques ao governo e a defesa de ideais liberais-conservadores (neoliberais) de “livre mercado” e “Estado mínimo” (Andrade, 2022). O saldo político das manifestações que começaram em 2013 foi cooptado por grupos liberais e *think tanks* financiados por capital estrangeiro e utilizado para aumentar a pressão por um processo de impeachment. A leitura neoliberal defendia que os direitos garantidos na Constituição de 1988 não cabiam no PIB brasileiro, deixando de lado o quanto a crise da dívida pública também estava associada a um excesso de isenções fiscais e a uma queda do comércio mundial como um todo (Andrade, 2022). Em meio a tais pressões, o Congresso abriu um processo de impeachment contra Dilma Roussef, que finalmente foi afastada em 2016. O vice-presidente, Michel Temer, do PMDB, assumiu o Governo.

O Governo Temer (2016-2018) encampou um projeto neoliberal de reforma do Estado e mudança para uma economia de mercado, compartilhando a visão de que os direitos garantidos pela Constituição de 1988 não caberiam no PIB brasileiro e não deveriam ser responsabilidade direta do governo. No fim de 2016 foi aprovada a emenda constitucional nº 95, conhecida como “teto de gastos”, isso limitou a expansão dos investimento público em saúde, educação, assistência social, entre outros. Temer também reformou a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT):

A nova lei instituiu, entre outras medidas, a precedência do negociado sobre o legislado, a flexibilidade da jornada diária de trabalho para além das 8 horas, o trabalho intermitente, a terceirização da atividade fim e o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical. (Andrade, 2022, p. 697).

Em 2018 Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil com um discurso conservador-liberal, antipetista e de defesa do regime militar. Como Ministro da Fazenda foi escolhido Paulo Guedes, radicado na Escola de Chicago, um dos mais importantes centros de propagação do neoliberalismo no mundo. No primeiro ano de governo, 2019, foi realizada uma reforma da previdência social que aumentou a idade e tempo de contribuição mínimos para aposentadoria. Ainda em 2019, a Lei da Liberdade Econômica reduzindo a função do Estado na regulamentação da economia garantindo as liberdades do “livre mercado” (mercado desregulamentado) deixando o Estado “(...) impedido de ser parceiro do capitalismo nacional em nome de um suposto direito da pessoa humana a empreender.” (Andrade, 2022, p. 698).

A precarização do trabalho, o aumento do tempo de trabalho e idade mínima para aposentadoria, bem como o Estado, fragilizado, deixando de ser responsável direto por políticas públicas, que se encontravam com financiamento reduzido, tudo em nome de uma maior “abertura da economia brasileira”. No entanto, ao invés de crescimento econômico, esse quadro gerou o seu oposto, uma redução do crescimento econômico, aumento das desigualdades históricas do Brasil e uma piora significativa nas condições de trabalho (Andrade, 2022). O cenário só se agravou com a pandemia de covid-19 (2020-2023).

A lógica do neoliberalismo alterou profundamente as relações trabalhistas nas últimas décadas, promovendo um novo controle, gerenciamento e organização do trabalho. Trata-se da informalização do trabalho, por consequência, sua precarização, um processo que foi denominado como uberização (Abílio, 2020a e 2020b), batizado com o nome da famosa empresa de transporte que oferece o serviço de aplicativo de corridas.

A uberização se caracteriza como um processo no qual o trabalhador é informal, não tem direitos trabalhistas, garantias ou proteções e arca com os custos de seu trabalho. Ele deve estar disponível para o trabalho, mas só é utilizado de acordo com a demanda, o que Abílio (2020a) denominou *trabalhador just-in-time*. Ele não tem certeza de como será sua remuneração nem da duração de sua jornada de trabalho e para ele é transferida parte do gerenciamento de trabalho, não autônomo, mas um “autogerenciamento subordinado”, conforme Abílio (2020b).

Essa precarização do trabalho só foi possível depois de décadas de dispersão do trabalho concomitante com a centralização do controle sobre ele, possibilitadas pelos avanços tecnológicos e pela hegemonia neoliberal que possibilitou a

desregulamentação do mercado e dos vínculos empregatícios (Abílio, 2020b). Esses processos provocaram um aumento exponencial no número de trabalhadores informais.

Porém, a uberização não atinge toda a população da mesma maneira, o fenômeno da uberização é atravessado pela desigualdade social e pelo racismo. Entre os entregadores de bicicleta da cidade de São Paulo, 71% são negros, 75% têm até 27 anos, mais da metade trabalha de nove a doze horas por dia e todos os dias da semana (Abílio, 2020b), ou seja, a lógica da uberização afeta principalmente a juventude negra e periférica da cidade de São Paulo.

A pandemia da Covid-19 (2020-2023) conseguiu evidenciar essa precarização dos trabalhadores “just-in-time” e a desigualdade entre aqueles que puderam se isolar e aqueles que tiveram que sair para as ruas para trabalhar de modo a permitir o isolamento dos outros. Movimentos como o “Breque dos Apps”, uma greve dos entregadores de aplicativo, demonstraram o surgimento de novas formas de enfrentamento dessa lógica perversa (Abílio, 2020a).

Além dos trabalhadores de aplicativo, outras relações de trabalho também estão sob a gestão do neoliberalismo e da precarização. Também surge a figura do trabalhador *home-office* (que trabalha de sua casa ou de outro ambiente de sua escolha), que não tem sua jornada de trabalho controlada por um relógio de ponto e nem a figura do gerente e do escritório, mas que tem sua jornada de trabalho e sua produtividade altamente controlados por outros mecanismos (Abílio, 2020a). Outro exemplo são revendedores de produtos, que realizam um trabalho que é visto como amador, tipicamente realizado por mulheres e praticamente invisível, um trabalho que não é reconhecido e há anos podemos identificar nele as características que hoje observamos nos processos de uberização (Abílio, 2020a). Em ambos os casos podemos identificar como o tempo de trabalho é dificilmente definido e há uma divisão tênue, muitas vezes invisível entre o que é o espaço doméstico e o ambiente de trabalho (Abílio, 2020a).

As desigualdades históricas do Brasil só foram agravadas pela adoção do projeto neoliberal, pela precarização do trabalho e pela pandemia de covid-19. O Mapa da Desigualdade (2022) da Rede Nossa São Paulo coloca o Brasil como o nono país mais desigual do mundo, onde o 1% mais rico recebe 38,4 vezes mais do que os 50% mais pobres. Esse abismo social apenas vem aumentando. Todos esses aspectos de desigualdade social, acesso a políticas públicas, racismo e desigualdade

de gênero devem ser pensados ao tentar analisar o neoliberalismo brasileiro, para entender que os efeitos na saúde mental, e física, dos brasileiros, com um acesso a cuidado de saúde extremamente desiguais.

## 5. IDEOLOGIA

"Que é luta de classes? (...) Mas, na nossa sociedade, não há luta entre as classes! - Está vendo, é assim que funciona!" (Zizek, 1996, p. 28).

Quando discutimos ideologia, partimos do referencial marxista de uma realidade material que é encoberta ao mesmo tempo que justifica e legitima as relações de exploração e dominação (Chauí, 2017). A ideologia dominante é sempre a ideologia da classe dominante, e é o que garante a reprodução do modo de produção capitalista e de suas forças produtivas. Zizek (1996) coloca a ideologia como um mecanismo oculto que regula a visibilidade e as invisibilidades sociais. No entanto, não é sobre ser verdadeiro ou falso, mas sobre sua funcionalidade no que diz respeito à relação de dominação social; no caso do capitalismo, à dominação da burguesia sobre as classes trabalhadoras e sua exploração.

Louis Althusser (1996) apresenta importantes contribuições acerca da definição marxista de Estado, da reprodução das forças produtivas e da ideologia. Para o autor, "A condição suprema da produção, portanto, é a reprodução das condições de produção." (Althusser, 1996, p. 105), essa reprodução pode ser simples (quando reproduz exatamente as condições de produção anteriores) ou amplificada (quando as aumenta). A reprodução é tanto das forças produtivas como das relações de poder existentes, como Althusser define: "(...) a produção só se torna possível se for assegurada a reprodução das condições materiais de produção e a reprodução dos meios de produção." (Althusser, 1996, p. 106). O Estado deve, portanto, garantir a reprodução dos seus meios de produção e das forças produtivas, e da ideologia dominante.

A reprodução das forças produtivas (força de trabalho) é garantida pelos salários (mínimos), pelas matérias primas, pelas instalações físicas (fábricas, prédios), pelos instrumentos de produção (máquinas) e pela qualificação da força de trabalho, que é variada e determinada pelo sistema educacional e outras instituições. Para Althusser (1996), a princípio, a função básica da escola é ensinar a ler, escrever, contar e alguma cultura científica e literária, que pode ser superficial ou mais trabalhada. Mas enquanto para os capitalistas e seus servidores a escola também ensina um "falar apropriado", a redigir e a comandar, para a classe trabalhadora a

principal função estabelecida pela escola é ensinar a obedecer normas, de comportamento, de respeito pela divisão técnica e social do trabalho e de respeito à ordem estabelecida pela classe dominante (Althusser, 1996). Em outras palavras:

(...) a reprodução da força de trabalho requer não apenas uma reprodução de sua qualificação, mas também, ao mesmo tempo, uma reprodução de sua submissão às regras de ordem estabelecida, isto é, uma reprodução de sua submissão à ideologia vigente, para os trabalhadores, e uma capacidade de manipular corretamente a ideologia dominante, para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que também eles assegurem “com palavras” a dominação da classe dominante. (Althusser, 1996, p. 108).

Em Althusser (1996) o todo social que pode ser organizado em infraestrutura (a base econômica, a unidade das forças produtivas e das relações de produção) e a superestrutura (uma instância jurídico-política, o Direito, o Estado, e a instância ideológica). O Estado tem seus aparelhos repressores (judiciário, polícia, exército, execução e intervenção) que permitem às classes dominantes assegurar a dominação sobre a classe trabalhadora. Portanto, Althusser faz uma diferenciação entre os Aparelhos Repressivos de Estado, citados acima, e o Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs): o religioso (sistema de diferentes igrejas), escolar (sistema de diferentes escolas, públicas e particulares), familiar (que tem outras funções para além de AIE, também é a reprodução da força de trabalho, é a unidade de produção e unidade de consumo), jurídico (as leis pertencem tanto aos Aparelho Repressivo como ao sistema dos AIEs), político (o sistema político, incluindo os diferentes partidos), sindical, informação (imprensa, rádio, televisão) e cultural (literatura, artes, esportes etc.).

Algumas diferenças importantes entre os Aparelhos Repressivos e os AIEs devem ser destacadas. Primeiro, que existe um único Aparelho Repressivo diante de uma imensa pluralidade de AIEs. A princípio poderia se indicar que o Aparelho Repressivo é de domínio público enquanto a maioria dos AIEs se encontra no domínio privado, porém, Althusser destaca que para o marxismo:

(...) público e privado é uma distinção interna ao direito burguês e válida nos domínios em que o direito burguês exerce sua “autoridade”.

O domínio do Estado lhe escapa, por estar “além do Direito”: o Estado que é o Estado da classe dominante, não é público nem privado; ao contrário, é a condição para qualquer distinção entre o público e o privado. (Althusser, 1996, p. 115).

Não importa que os AIEs estavam em sua maioria no domínio privado, o que importa é que eles servem como Aparelhos Ideológicos *de Estado*. Servem ao Estado burguês e à dominação das classes dominantes.

Outro apontamento importante de Althusser é a de que, de modo geral, o Aparelho Repressivo trabalha pela violência enquanto os AIEs trabalham pela ideologia. Porém, ambos trabalham ao mesmo tempo pelas duas vias, o Aparelho Repressivo mesmo funcionando principalmente pela violência, também funciona ideologicamente, enquanto os AIEs trabalham principalmente pela ideologia, também trabalham com a repressão.

O Aparelho Repressivo de Estado assegura, se necessário através da força, as relações de produção (relações de exploração), garante sua própria reprodução e assegura as condições políticas de atuação dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Por sua vez, os AIEs garantem a reprodução das relações de produção por trás do escudo fornecido pelo Aparelho Repressivo, oferecendo um sistema de ideias e representações que “domina a mente” de uma pessoa ou de um grupo social. A ideologia representa uma relação imaginária dos indivíduos com suas condições de trabalho e de existência, mas mesmo essa relação imaginária tem existência material, portanto, a ideologia tem uma existência material (Althusser, 1971). O autor considera que o principal AIE do capitalismo é o escolar.

Um exemplo dessa ação ideológica de legitimação de relações de dominação está em Fisher (2009), que apresenta a noção de “realismo capitalista”. Trata-se da ideia de que o capitalismo neoliberal é “natural”, inevitável e representa o “fim da história”, como defendeu Fukuyama. Portanto, nada pode ser feito para transformar esse modo de produção (o que é uma noção extremamente despolitizadora). Assim, no realismo capitalista, muitas vezes mesmo a crítica ao capitalismo acaba sendo utilizada para validar esse sistema. A mídia oferece formas seguras de criticar ou contestar o capitalismo de forma superficial através de produtos culturais, mas sem que o sistema seja de fato desafiado. O anticapitalismo também se torna uma

mercadoria e como a ideia de superar o capitalismo é tida como impossível, o que resta é tentar mitigar seus efeitos através de atividades individuais e do consumo (Fisher, 2009). Nessa linha, Zizek (1996) afirma que essa noção de impossibilidade de transformação aponta para o funcionamento da ideologia dominante:

Hoje (...) ninguém mais considera as possíveis alternativas ao capitalismo, enquanto a imaginação popular é assombrada pelas visões do futuro “colapso da natureza”, da eliminação de toda a vida na Terra. Parece mais fácil imaginar o “fim do mundo” do que uma mudança muito mais modesta no modo de produção, como se o capitalismo liberal fosse o “real” que de algum modo sobreviverá mesmo na eventualidade de uma catástrofe global... Assim pode-se afirmar categoricamente a existência da ideologia *qua* matriz geradora que regula a relação entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável, bem como as mudanças nessa relação. (Zizek, 1996, p. 7).

Ideologias são como formas simbólicas e discursivas que escondem ou justificam os fenômenos sociais que asseguram a dominação de uma classe, independente do conteúdo ser verdadeiro ou falso do ponto de vista factual, a ideologia serve para regular o que se vê e como se vê, de modo a justificar a dominação de classes pela burguesia, no caso do capitalismo. Um ponto comum na ideologia do capitalismo neoliberal é o conceito de *meritocracia*. Assim como no passado a dominação de reis e rainhas foi justificada, ideologicamente, com o direito divino e a sacralidade, atualmente a dominação da burguesia é justificada pela noção de meritocracia. Segundo essa concepção as pessoas são ricas e bem sucedidas devido aos seus méritos e qualidades pessoais. Essa é uma visão a-histórica, que pode ser facilmente refutada ao se observar de onde veio a riqueza das classes dominantes. Sentando em tronos de heranças e privilégios, no contexto brasileiro parte das famílias mais ricas são precisamente famílias que já tinham poder desde o período colonial e ergueram sua prosperidade a custo do sangue de pessoas escravizadas. Não há mérito nisso, mas enquanto discurso de convencimento, de justificativa e de invisibilização de uma determinada realidade, a ideologia dominante utiliza o discurso da meritocracia para justificar as presentes relações de dominação, ainda que as verdadeiras justificativas dessa dominação sejam muito mais antigas.

## 6. ASPECTOS PSICOLÓGICOS DO NEOLIBERALISMO

“Não era depressão, era capitalismo” (pixação nos protestos de 2019 no Chile *apud* Safatle, 2021, p. 17)

A partir da compreensão do neoliberalismo enquanto teoria político-econômica, passando por sua história e aplicação na prática, em diferentes realidades socioeconômicas e geográficas, e do papel da ideologia na reprodução das forças produtivas, podemos partir para os aspectos psicológicos que podem ser observados e analisados no neoliberalismo e tentar a aproximação do neoliberalismo enquanto fenômeno psíquico e social.

O neoliberalismo é mais do que um sistema político-econômico, mas um modo de vida, uma lógica de gestão dos modos de vida e do sofrimento psíquico (Safatle, 2021). Essa nova forma de gestão pressupõe um sujeito que age em conformidade com a lógica do mercado, movido pelo interesse. Não se trata apenas de um modelo econômico, mas um modo de controle dos modos de vida, das relações sociais. Esse ajuste dos sujeitos à lógica de mercado acontece através das novas relações de trabalho e da própria compreensão dos sujeitos de si mesmo enquanto uma empresa, reforçada pelos teóricos neoliberais e sua disputa ideológica através da mídia, de think tanks e de ampla divulgação em universidades e escolas, como ocorreu nos Estados Unidos.

As mudanças em políticas públicas, como a redução de políticas de bem-estar, aumentam a vulnerabilidade social de grupos muitas vezes já marginalizados que deixam se de conceber enquanto sujeitos de direitos e cidadãos em um cenário de “cada um por si”. Na concepção neoliberal isso não é responsabilidade do Estado, o que reforça essa noção. O ataque aos sindicatos e direitos ligados ao trabalho enfraquecem os movimentos dos trabalhadores e mudam sua noção de coletividade. As mudanças nas leis transformaram os trabalhadores e funcionários em *colaboradores* e parceiros, o que mascara a real relação trabalhista entre grandes empresas e trabalhadores, tratando-a como uma “parceria” (Abrantes, 2020). Nessa lógica, o sujeito é uma empresa que negocia com outra empresa seu serviço, mas

numa situação em que a empresa em questão não tem as mesmas obrigações que teria em contratos de trabalho protegidos por uma legislação.

Cuellar (2017) aponta para como as lógicas neoliberais se infiltraram até mesmo na psicologia que por vezes trabalha com um sujeito atomizado, que busca autonomia e liberdade individual. Bock (1999) já criticava essa individualização acentuada dentro da Psicologia, pois segundo a autora, esses indivíduos atomizados passam a ver os outros como obstáculos no caminho de sua realização pessoal nesse jogo de “cada um por si”. A naturalização da desigualdade e da competitividade é necessária para o estabelecimento do modelo neoliberal de gestão social em que o indivíduo é visto como onipotente e seu fracasso é culpa única e exclusivamente dele mesmo.

Bock (1999) usa como alegoria para essa noção de sujeito individualizado e independente de determinações externas o conto infantil do Barão de Munchausen, personagem que quando estava se afogando consegue se puxar pelos próprios cabelos e assim se salvar, ou seja, autônomo e onipotente. Porém, essa perspectiva é altamente equivocada, já que o desenvolvimento do indivíduo se dá no contato com outros indivíduos, com a sociedade e com a cultura, o indivíduo não pode ser separado da sociedade e da história, ainda que tenha sua singularidade (Bock, 1999). A autora estende suas críticas a essa concepção atomizada de ser humano para a Psicologia, que vinha trabalhando uma visão naturalizadora e individualizada dos sujeitos, que os separava de sua localização histórica e social. Isso faz com que a atuação dos profissionais da psicologia dentro dessa concepção de sujeito seja extremamente ideológica.

Gary Becker, economista da Escola de Chicago, formulou o conceito “capital humano” para pensar nos indivíduos como agentes autônomos capazes de agir de maneira completamente autônoma para alcançar seus interesses. Cada indivíduo é convertido em capital e os sujeitos passam a se enxergar como empresas submetidas à insegurança da dinâmica dos mercados (Safatle, 2021). Nessa sociedade altamente competitiva os indivíduos comparam e hierarquizam coisas e pessoas (Franco et al., 2021). A partir da concepção de capital humano:

Cada sujeito foi levado a conceber-se e comportar-se, em todas as dimensões de sua vida, como um capital que devia valorizar-se: estudos universitários pagos, constituição de uma poupança individual

para aposentadoria, compra da casa própria e investimentos a longo prazo são aspectos dessa “capitalização da vida individual” que, à medida que ganhava terreno na classe assalariada, erodia um pouco mais as lógicas de solidariedade. (Dardot; Laval, 2016, p. 201).

Esse sujeito, que busca a autovalorização, se acredita completamente independente e responsável por todos os eventos de sua vida, ignorando as múltiplas determinações materiais e triunfando por conta de seu mérito individual, é uma construção da lógica neoliberal, que busca “(...) enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado.” (Harvey, 2005, p.13). Todos os aspectos da vida humana e social passaram a ser concebidos em termos empresariais, de mercado, tornando-se objetos de uma lógica neoliberal de sujeito.

Assim, o discurso neoliberal que proclamou o indivíduo como autônomo, independente e *livre* conseguiu mobilizar as pessoas no aspecto cognitivo-afetivo, conquistando a noção de valores como a liberdade, cujo significado social é constituído historicamente e que se tornou um dos principais valores das sociedades ditas liberais. Ao mesmo tempo colocando um “Estado” genérico como um adversário desse ideal, o discurso neoliberal construiu um inimigo “natural”. Os recursos para os sujeitos atuarem dependem de suas emoções (Aguiar; Ozella, 2006), por isso o discurso neoliberal precisou conquistar aspectos do campo cognitivo-afetivo, ou como Margaret Thatcher afirmou: “Economia é o método, o objetivo é mudar o coração e a alma”.

Essa naturalização do neoliberalismo chama a atenção, pois o Colóquio de Walter Lippmann, considerado um dos eventos fundadores do neoliberalismo concluiu justamente que o livre mercado e o liberalismo não eram naturais e, portanto, dependeriam da atuação do Estado em algum nível. Apesar disso, o neoliberalismo se coloca ideologicamente, graças a visões não historicizadas, como um estado natural do ser humano. No entanto, como reconheceram seus principais ideólogos, não é nada *natural*. Superar essa visão naturalizadora se faz necessário e é possível através de uma leitura histórica do fenômeno.

Mas, mascarado pela ideologia, o neoliberalismo foi vendido durante a segunda metade do século XX não só como natural, mas também como o sistema que defende a liberdade, através da redução da intervenção do Estado e do livre mercado. Essas incoerências entre o discurso neoliberal e sua realidade mascaram o fato de que o

“livre mercado” (mercado desregulamentado, principalmente no setor financeiro) favorece a formação de monopólios e oligopólios, dificultando a entrada de novos “competidores”. O “Estado mínimo” neoliberal é um Estado que enfraquece leis trabalhistas e políticas públicas de bem-estar, precarizando os trabalhadores e abandonando a busca pelo pleno emprego, enquanto não se reduz enquanto força coercitiva e muitas vezes autoritária. Nos últimos anos é possível observar o liberalismo junto ao conservadorismo e autoritarismo. Não se trata, portanto, de um “Estado mínimo”, mas um Estado que abandona a busca por soberania para fazer parte de uma economia globalizada e financeirizada, às custas da qualidade de vida e aumentando as desigualdades já existentes. Retomando Polanyi (2000), toda liberdade degenera em liberdade de mercado e, enquanto as elites gozam de amplas liberdades, a população não tem liberdade alguma.

Mais que isso, o capitalismo neoliberal já foi considerado “o fim da história”, e, como observado por Fischer (2009) e Žižek (1996), é visto como “insuperável” e “inevitável” devido à noção ideológica de “realismo capitalista” apresentada por Fischer. A despolitização que é trazida por essa noção fatídica, faz com que boa parte das ações e críticas ao capitalismo observadas hoje se resumam a práticas de consumo. Enquanto isso, se oculta que o humano é um sujeito social histórico, mas também ativo, podendo transformar sua realidade, mas para nisso é necessária a organização coletiva. O desafio atual é que formas mais tradicionais de organização da classe trabalhadora, como sindicatos e partidos políticos, foram continuamente enfraquecidos e desmoralizados nas últimas quatro décadas de neoliberalismo sob a hegemonia dos Estados Unidos.

Levando em conta todos esses fatores vemos uma dimensão subjetiva, ou aspectos psicológicos comuns ao neoliberalismo, uma subjetividade que se vê completamente isolada, atomizada, que coloca os indivíduos como os únicos responsáveis por sua vida como se eles vivessem em um mundo sem sociedade e sem história. Além disso, esses indivíduos estão cada vez mais afastados de fenômenos sociais coletivos, que garantem um aspecto importante do desenvolvimento de uma singularidade, pois singularidade é construída coletivamente (Bock, 1999).

Os modos de subjetivação presentes no neoliberalismo fazem com que os sujeitos se entendam como indivíduos atomizados, que não precisam de mais ninguém, que os outros são obstáculos diante de seus objetivos, que ele deve se

organizar como uma empresa, gerenciando seus afetos de maneira “objetiva” e competindo com todos à sua volta da mesma maneira que um atleta de alto rendimento compete quando disputa um campeonato, mas o tempo todo (Safatle, 2021). Alguns fenômenos associados ao neoliberalismo, tais como falta de solidariedade, distinção cada vez mais difícil entre vida doméstica e trabalho, a lógica da competição, superação e produtividade em todos os âmbitos da vida, são alguns dos responsáveis pelas novas formas de sofrimento psíquico (Neves et al., 2021).

Os significados sociais produzidos no neoliberalismo são apre(e)ndidos e “internalizados” enquanto sentidos singulares pelos sujeitos em um processo complexo, multideterminado e histórico. É importante notar que isso se dá num contexto de uma relação dialética de indivíduo-sociedade no qual a singularidade do sujeito, seus afetos, pensamentos, contradições e sua história também são constitutivos do fenômeno social de “subjetivação” do neoliberalismo.

Abrantes (2020) analisou significações apresentadas em dispositivos midiáticos “carregadas de valores socialmente localizados, mas que são apresentados como valores universais” (Abrantes, 2020, p. 192). Como a autora observa, esse processo sustenta a reprodução de mecanismos ideológicos, que naturalizam fenômenos sociais e históricos como a desigualdade. Além disso, a autora também destaca a dificuldade em se nomear e entrar em contato com as contradições presentes nesses processos, o que gera as cristalizações e fixações de ideias nas quais mecanismos ideológicos operam.

Uma categoria importante para a constituição do sujeito e de sua identidade é sua atividade no mundo. Através da atividade, o ser humano é capaz de alterar a natureza, alterando a si mesmo no processo (Abrantes, 2020). Por isso o trabalho é fundamental na construção da subjetividade e das identidades. No entanto, o capitalismo subverte a lógica do trabalho fazendo com que ao invés da atividade humana ser realizada de acordo com as necessidades, o trabalho se torna um meio da exploração, sendo forçado e alienado. O resultado desse trabalho ainda é expropriado dos trabalhadores e se torna lucro de uma classe dominante através da mais-valia. Assim, compartilhamos a noção de que o “trabalho que é posto pelo modo

capitalista de produção gera uma subjetividade inautêntica, que se consome no próprio ato de trabalhar.” (Carvalho, 2023, p.164). Essa realidade capitalista se agravou com o neoliberalismo na medida em que esse representou uma precarização ainda maior das condições de trabalho, como foi amplamente demonstrado ao longo da presente pesquisa.

Carvalho (2023) discute a dimensão subjetiva da plataformização do trabalho, em que, através da lógica de trabalho “on demand”, se impossibilita os trabalhadores de viverem suas vidas de forma livre e autônoma, ao exigir uma constante gestão da vida e do trabalho para sobreviver. Como a autora afirma em sua conclusão:

Desse modo, na lógica reificada e alienante de trabalho, inverte-se o paradigma: não é mais trabalhar para viver, mas sim, viver para trabalhar, de tal maneira que os trabalhadores estão constantemente gerindo sua subjetividade de maneira a manterem-se produtivos e adaptados às exigências algorítmicas performadas pelas plataformas. Uma vida onde todas as atividades e escolhas pessoais passam por uma gestão da subjetividade subordinada ao capital. (Carvalho, 2023, p. 164).

Portanto, o neoliberalismo afeta diretamente essa categoria da constituição humana, o trabalho, ainda que mascare ideologicamente as relações de poder quando trabalhadores e funcionários se tornam “colaboradores”, “parceiros” e “empreendedores”. A diferente nomeação não altera a verdadeira relação de poder presente nessa relação. Mas altera como os sujeitos se compreendem nesse cenário, fazendo com que o peso da responsabilidade de cada um caia sobre seus próprios ombros. A mudança na compreensão da atividade no mundo traz também uma mudança na consciência de si e na consciência do mundo. O sujeito se vê como onipotente e único responsável pela sua condição, em um processo de culpabilização e naturalização dos fenômenos sociais e históricos. Assim, as mudanças trazidas pelo

neoliberalismo no campo do trabalho não se limitam a ele, mas se estendem para a consciência e para a identidade das pessoas e, por consequência, para a *dimensão subjetiva da realidade*.

Carvalho (2023) destaca a maneira como o trabalho tem invadido todos os aspectos da vida, nos quais os sujeitos se colocam prontos para abdicar de momentos com a família, com os amigos e o tempo livre em nome do trabalho. Nesse cenário, o trabalhador se autogerencia como uma empresa com metas e objetivos em um processo impulsionado pela precarização, de modo que “ao destacar o trabalho precário e suas múltiplas formas, também evidenciamos os modos precários de vida que passam a existir.” (Carvalho, 2023, p. 162). O trabalho, atualmente precarizado e distorcido pelo capitalismo neoliberal, tem fragilizado os modos de vida e as relações sociais. Assim a gestão de subjetividade no neoliberalismo

(...) gere a subjetividade como a um investimento que deve ser maximizado, ampliado, alvo do maior lucro possível. Significa a máxima exacerbação e coisificação humana – processo que sempre esteve no seio do capitalismo, como analisado por Marx (...). Trata-se de nortear a subjetividade pela ordem da competitividade. De subjetividades que passam a se ver frente à necessidade de se superarem e se especializarem constantemente ou, do contrário, estarão “fora do jogo”. Já que o público não existe mais, ou melhor dizendo, frente à lógica de que tudo se torna privado, trata-se de mostrar-se sempre efetivo, independente e produtivo na busca constante por um sucesso que passa a “depende exclusivamente de você”, afinal “querer é poder”. Portanto, o neoliberalismo outorga às subjetividades a necessidade constante de demonstrar que se pode operar a própria vida com sucesso. Trata-se do apagamento do mundo social e da responsabilização exclusiva do indivíduo por todo seu sucesso ou fracasso. (Carvalho, 2023, p. 84-85).

Essa lógica internalizada traz adoecimento e sofrimento, fragiliza as relações sociais e vai pouco a pouco deteriorando a saúde mental dos sujeitos, que acreditam serem responsáveis até mesmo por esses aspectos, sem se darem conta de que a organização social e o discurso do neoliberalismo estão gerenciando seu sofrimento psíquico (Safatle, 2021; Neves et al., 2021). Mas enquanto esse sofrimento não impede a produtividade ele não gera uma grande preocupação, tudo pode ser resolvido com um remédio, o que não significa criticar a medicação ou o diagnóstico em si, mas a super medicalização de um processo de adoecimento que carrega suas singularidades, mas se origina de uma causa social, ou seja, reconhecer o caráter social da saúde mental não significa ignorar as singularidades de cada indivíduo. O neoliberalismo tornou-se um gestor do sofrimento e da produtividade desses sujeitos (Safatle, 2021).

Alguns autores apontam uma relação entre a ascensão do neoliberalismo e a pandemia de transtornos psicopatológicos que observamos hoje; para Safatle (2021, p. 34), “Não por acaso, a ascensão do neoliberalismo nos anos 1970 é seguida por uma modificação brutal das formas de descrição e categorização do sofrimento psíquico”, se referindo à terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-III). O autor defende que uma nova gramática social do sofrimento psíquico surgiu nesse momento, substituindo uma leitura que considerava a “(...) dimensão conflitual de processos de socialização” (Safatle, 2021, p. 34) por uma leitura normatizante que ignora diversos fatores da esfera social enquanto se pretende neutra e objetiva e que acabou por individualizar as depressões, que passaram a figurar como transtorno psicopatológico hegemônico nas clínicas psiquiátricas.

Neves e colaboradores (2021) analisam que nos últimos 50 anos de neoliberalismo a clínica psiquiátrica passou de uma função terapêutica para uma função de aprimoramento e que essa mudança é indissociável da ascensão do neoliberalismo assim como o aumento de transtornos e psicopatologias que também é sintomático desse cenário. Já nos anos 2000 a Organização Mundial da Saúde (OMS) externalizava sua preocupação com o número crescente de transtornos mentais e do índice de suicídio (Neves et al., 2021). A questão da patologização e da medicalização é complexa, uma boa consideração sobre o assunto vem do filósofo Mark Fisher (2009):

(...) patologização em si já bloqueia qualquer possibilidade de politização. A privatização desses problemas - tratando-os como causados por desequilíbrios químicos na neurologia do indivíduo e/ou por seu histórico familiar - já descarta de início qualquer questionamento sobre sua causa social sistêmica. (Fisher, 2009, p. 43).

Essa despolitização do sofrimento psíquico e da saúde mental é extremamente perigosa, por naturalizar esses fenômenos e ignorar suas determinações históricas e sociais. Rosa e Sandrin (2022) destacam que o aumento dos transtornos mentais junto a uma lógica de psicopatologização e medicalização da vida aponta para uma naturalização do fenômenos relacionados à saúde mental, que revela uma lógica de produção de sofrimento. Os autores destacam que é necessário historicizar a chamada epidemia dos distúrbios mentais, analisar esse fenômeno com base no contexto social e histórico brasileiro, considerando suas particularidades, como a desigualdade, o racismo e o contexto pós pandêmico e o neoliberalismo que não só produz sofrimento, como o faz de diferentes maneiras para diferentes segmentos da população.

Uma importante linha de pesquisas sobre o neoliberalismo foi inaugurada por Michel Foucault em um curso no ano de 1979, que posteriormente foi transcrito no livro “Nascimento da Biopolítica” (2008). Nele, Foucault analisa as origens e o desenvolvimento do neoliberalismo e o concebe como uma gestão do poder sobre as formas de vida, que faz uma transição, sai da regulação da soberania de territórios, e passa para a regulação das populações, definindo como essas populações são geridas. A passagem seria de uma sociedade da disciplina para uma sociedade da biopolítica na qual a coerção e gestão são internalizadas no sujeito, e sua vida passa a ser gerida por essa nova forma de poder. Foucault (2008) nomeia esse sujeito neoliberal como *Homo oeconomicus*, sendo impossível pensar o homem sem pensar que ele é um produto de um modo de produção.

Em outras palavras, a forma-mercado é universalizada para as relações sociais e os indivíduos, inaugurando uma nova forma de governabilidade, na qual a economia se converte em um modo de gestão de si e dos outros (Foucault, 2008). A partir dessa linha de pesquisas, mais recentemente, Pierre Dardot e Christian Laval publicaram “A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal” (2016) que traz

importantes contribuições acerca da noção de sujeito neoliberal. Nessa linha foucaultiana o neoliberalismo é abordado como uma forma de governabilidade e racionalidade que promove uma subjetividade empreendedora:

Deste modo, injunge-se o sujeito a conformar-se intimamente, por um trabalho interior constante, à seguinte imagem: ele deve cuidar constantemente para ser o mais eficaz possível, mostrar-se inteiramente envolvido no trabalho, aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua, aceitar a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado. Especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, um investimento, a um cálculo de custos. A economia torna-se uma disciplina pessoal. Foi Margaret Thatcher quem deu a formulação mais clara dessa racionalidade: “*Economics are the method. The object is to change the soul*”. (Dardot; Laval, 2016, p.330-331).

Assim o “empreendedorismo” passa a ser um modo de vida e passa a ser valorizado enquanto atitude desde as crianças em idade escolar até os adultos no mercado de trabalho. A empresa de si mesmo coloca os sujeitos em uma situação de *risco constante*. Um sujeito em busca de aprimoramento constante, de modo a se valorizar enquanto capital humano, competitivo e competente (Dardot; Laval, 2016). Os autores também destacam a popularização de técnicas como o coaching, a programação neurolinguística, a análise transacional, entre outros que utilizam figuras de liderança para vender um melhor “domínio de si mesmo”. Essas técnicas se apresentam como saberes psicológicos e ferramentas de transformação dos indivíduos, com uma ampla aplicação.

Todas essas leituras corroboram a perspectiva da Psicologia Sócio-histórica que entende que o sofrimento psíquico deve ser reconhecido em sua dimensão social e histórica, mas sem ignorar as singularidades em cada indivíduo e é preciso discutir a produção histórica do sofrimento (Rosa; Sandrin, 2022). Portanto, ao se dispor a analisar formas de sofrimento psíquico e social, saúde de modo geral, mas

principalmente a saúde mental, não se pode ignorar o capitalismo neoliberal, bem como a desigualdade social produzida e ampliada por esse modo de produção. Da mesma forma as desigualdades de gênero, o racismo e a miséria, especialmente acentuados no cenário brasileiro, mas que são ainda mais ampliados no contexto do neoliberalismo. Para se ter uma leitura completa de aspectos da saúde mental e sofrimento produzidos historicamente, também deve ser considerado quem são aqueles mais vulneráveis e mais afetados por essas determinações. Portanto, quando discutimos que o neoliberalismo representa um aumento na concentração de renda por parte das elites e ampliação de um cenário de desigualdade, quando discutimos isso na Brasil, estamos falando de um aumento de concentração de renda por uma elite branca e uma agravamento nas condições sociais e históricas de desigualdade da população brasileira. O neoliberalismo não criou o elitismo, o racismo, o machismo e assim por diante, mas ele é um modo de organização do capitalismo que amplia as desigualdades e violências contra a população.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa procurou-se uma conceituação sólida e histórica das teorias neoliberais e de como esse modelo de organização do capitalismo se tornou hegemônico. A revisão de literatura atingiu esse objetivo permitindo historicizar o fenômeno do neoliberalismo e compreender a “linha do tempo” na qual ele foi instituído. O estudo de caso particular do neoliberalismo brasileiro permitiu o estudo de suas singularidades dado o contexto global e a realidade brasileira de profunda desigualdade, racismo, e injustiças sociais históricas. O neoliberalismo brasileiro tem as características de ter se constituído em um país com uma Constituição de garantia de direitos e ampla cidadania, mas que também ainda carregava a violência e o autoritarismo da ditadura civil-militar, principalmente no contexto periférico. Em todo o mundo o neoliberalismo representou a financeirização de tudo, o combate aos sindicatos, a precarização dos direitos trabalhistas, privatização de empresas estatais estratégicas, desregulamentação do mercado (principalmente financeiro). Esse cenário possibilitou altos lucros para a classe dominante e uma piora significativa nas condições de vida dos trabalhadores ao redor do planeta.

Com um processo de construção de consentimento, propaganda, negociações e até mesmo uso da força, o neoliberalismo se expandiu para os quatro cantos do mundo sob a proteção dos Estados Unidos, justificando a expressão *neoliberalismo sob hegemonia dos Estado Unidos* (Duménil; Lévy, 2014). Apesar do discurso neoliberal utilizar a meritocracia como mascaramento ideológico, com a crise de 2007 o que se observou foram grandes empresas sendo resgatadas de suas falências pelo Estado (normalmente vilanizado pelos defensores do neoliberalismo). Nesse cenário o neoliberalismo se apresenta como uma ferramenta de dominação de classes em um sistema em que os sucessos são privatizados e os fracassos são socializados.

Todo esse contexto histórico implica em uma dimensão subjetiva da realidade segundo a qual os sujeitos se vêm atomizados, isolados, absolutamente responsáveis por todos os aspectos de suas vidas e afastados de fenômenos sociais coletivos. As mudanças que o neoliberalismo implicou no trabalho e na consciência humana trouxeram novas formas de subjetividade e de identidade. Ao mesmo tempo observamos um crescimento do número de casos de transtornos psicopatológicos dentro de uma lógica de medicalização e psicopatologização que muitas vezes ignora

causas sociais sistêmicas, promovendo um despolitização de assuntos relacionados à saúde mental, como se esses fossem de ordem exclusivamente química ou individual. Portanto, defender a saúde é uma postura necessariamente antagônica à lógica neoliberal, no caso brasileiro não é possível defender a saúde sem defender o SUS, sem defender os direitos trabalhistas e sociais que vêm sendo atacados constantemente. Nesse sentido há necessidade de uma psicologia com compromisso social que compreenda esses aspectos sociais e históricos e que não se isente do enfrentamento dessas lógicas que se mostraram amplamente desfavoráveis à saúde dos trabalhadores ao redor do mundo.

## REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. *Uberização: a era do trabalhador Just-in-time*. Estudos Avançados 34 (98) p. 111-126. 2020a.

ABÍLIO, L. C. *Uberização e juventude periférica*. Novos Estudos. CEBRAP. São Paulo. V39 n.03 Set-Dez. 2020b.

ABRANTES, C. G. Meritocracia imbricada na dimensão subjetiva do mercado de trabalho formal. Dissertação de mestrado em Psicologia Social. São Paulo: PUCSP, 2020.

AGUIAR, Wanda M. J.; OZELLA, Sergio. *Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição de sentidos*. Psicologia, Ciência e Profissão, 2006. 26(2) p. 222-245.

AGUIAR, Wanda M. J.; OZELLA, Sergio. *Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília. v. 94 n. 236. jan/abr, 2013. p. 299-322.

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. In ZIZEK, S. O Mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda, 1996.

ANDRADE, D.P. CORTÊS, M.M.P. *Brasil, o neoliberalismo híbrido*. Contemporânea v.12 n. 3. Set-Dez. 2022. p. 655-674.

ANDRADE, D.P.. *Rodadas históricas de neoliberalização no Brasil*. Contemporânea v.12 n. 3. Set-Dez. 2022. p. 675-708

BOCK, A.M.B. *As aventuras do Barão Munchausen na Psicologia*. São Paulo. EDUC. Cortês Editora. 1999.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair. *Capítulo 1: Dimensão subjetiva: uma categoria potente em vários campos da Psicologia*. In BOCK, Ana M. B.; GONÇALVES, M. Graça M.; ROSA, Elisa Z. (orgs), *Dimensão subjetiva da realidade - uma proposta para uma leitura crítica em psicologia*. São Paulo; Cortez, 2020, p. 17-38.

CAMBAÚVA, L.G. SILVA JÚNIOR, M.C.d. *Depressão e neoliberalismo: constituição da saúde mental na atualidade*. *Psicologia Ciência e Profissão*, 2005, 25 (4), p. 525-535

CARVALHO, Mônica. *Plataformização do trabalho e desigualdade social: reflexões a partir da categoria dimensão subjetiva da realidade*. Tese de Doutorado. São Paulo. PUC-SP, 2023.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. Brasiliense, 2017

CHICAGO, Boys. Direção Carola Fuentes e Rafael Valdeavellano. Chile, 2015. 85 min. Documentário.

COUTO, Mia. *“Pobres dos Nossos Ricos”* In. *Pensatempos: textos de opinião*. Lisboa: Editorial Caminho, 2005.

CUELLAR, D.P. *Subjetividad y psicología en el capitalismo neoliberal*. *Revista Psicología Política*. Vol. 17 n. 40. p. 589-607. 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

FISHER, Mark. *Realismo Capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2009.

FOUCAULT, M. *O Nascimento da Biopolítica*. Tradução Michel Senellart. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

FURTADO, O.; BOCK, A.M.B.; ROSA, E.Z.; GONÇALVES, M.G. M.; AGUIAR, W.M.J.. *A psicologia sócio histórica e os fenômenos estruturantes na sociedade capitalista neoliberal*. In. BOCK, A; ROSA, E; GONÇALVES, M. G.; AGUIAR, W. (orgs.) *Psicologia sócio-histórica: contribuições à leitura de questões sociais*. São Paulo, EDUC, 2022. p. 21-44.

FRANCO, F. et al. *O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo*. In. SAFATLE, V. SILVA JÚNIOR, N.d. DUNKER, C. (orgs.) *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021.

GONÇALVES, M. Graça M.; BOCK, Ana M.B. *A importância da ruptura epistemológica - nosso caminho com Silvia Lane*. In: SAWAIA, Balder B.; PURIN, Gláucia T. (orgs.) - *Silvia Lane: uma obra em movimento*. São Paulo: EDUC, 2018, p. 135-160.

HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005.

MARGARET THATCHER FOUNDATION. Interview for *Sunday Times*. Londres: Margaret Thatcher Foundation, 1981. Disponível em <<https://www.margaretthatcher.org/document%2F104475>> Acesso em 17 set. 2025.

MARGARET THATCHER FOUNDATION. Interview for *Woman's Own*. Londres: Margaret Thatcher Foundation, 1987. Disponível em: <<https://www.margaretthatcher.org/document%2F106689>> Acesso em: 17 set. 2025.

MARIUTTI, Eduardo Barros. *O Colóquio Walter Lippmann e a gênese do neoliberalismo: apontamentos*. Texto para Discussão. Campinas: Unicamp. IE, n. 415, ago. 2021.

MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Fundação Maurício Gabrois, 2014.

MOURA, Clóvis. *Negro, de bom escravo a mau cidadão?* Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1977.

NETO, J.L.F. ARAÚJO, J.N.G.d. *Gestão e Subjetividade no SUS: o enfrentamento de impasses em tempos neoliberais*. *Psicologia & Sociedade*; 26(3), p. 675-684. 2014.

NETTO, José Paulo. *Desigualdade, pobreza e Serviço Social*. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, v.19, p. 135-170, 2007.

NEVES, A. et al. *A psiquiatria sob o neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si*. In. SAFATLE, V. SILVA JÚNIOR, N.d. DUNKER, C. (orgs.) *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021.

POCHMANN, Marcio. *Desigualdade econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2015.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Tradução Fanny Wrabel. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 2000.

REDE NOSSA SÃO PAULO. Mapa da Desigualdade Social São Paulo: Rede Nossa São Paulo, 2022. nov. Disponível em: <[https://nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Mapa-da-Desigualdade-2022\\_Tabelas.pdf](https://nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Mapa-da-Desigualdade-2022_Tabelas.pdf)> Acesso em: 17 set. 2025.

ROSA, Elisa; SANDRIN, Guilherme. *Saúde mental na sociedade brasileira atual: uma leitura a partir da Psicologia Sócio-Histórica*. In. BOCK, A; ROSA, E; GONÇALVES, M. G.; AGUIAR, W. (orgs.) *Psicologia sócio-histórica: contribuições à leitura de questões sociais*. São Paulo, EDUC, 2022. p. 231-253

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lécio. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo. Boitempo, 2018.

SAFATLE, V. *A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral*. In. SAFATLE, V. SILVA JÚNIOR, N.d. DUNKER, C. (orgs.) *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021.

TABB, William; *The Long Default: New York City and the urban fiscal crisis*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1982.

THE MONT PELERIN SOCIETY. Statement of Aims. Mont Pelerin: The Mont Pelerin Society, 1947. Disponível em: <<https://www.montpelerin.org/statement-of-aims>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

ZIZEK, S. *O Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda, 1996.